

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Letras

CONSUELO HERMINE SANTOS

**ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS CAUSAIS X ORAÇÕES  
COORDENADAS EXPLICATIVAS: UMA ANÁLISE  
EMPÍRICO-EXPERIMENTAL**

Belo Horizonte

2018

CONSUELO HERMINE SANTOS

**ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS CAUSAIS X ORAÇÕES  
COORDENADAS EXPLICATIVAS: UMA ANÁLISE  
EMPÍRICO-EXPERIMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: (1A) Estudo da Variação e Mudança Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Maria Coelho  
(FALE/UFMG)

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Augusto de Souza  
(FALE/UFMG)

Belo Horizonte

2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

S237o Santos, Consuelo Hermine.  
Orações subordinadas adverbiais causais x orações coordenadas explicativas [manuscrito] : uma análise empírico-experimental / Consuelo Hermine Santos. – 2018.  
62 f., enc. : il., grafs.  
Orientadora: Sueli Maria Coelho.  
Coorientador: Ricardo Augusto de Souza.  
Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.  
Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.  
Bibliografia: f. 52-53.  
Apêndices: f. 54-62.

1. Língua portuguesa – Orações subordinadas – Teses. 2. Língua portuguesa – Orações coordenadas – Teses. 3. Língua portuguesa – Gramática – Teses. 4. Língua portuguesa – Sintaxe – Teses. I. Coelho, Sueli Maria. II. Souza, Ricardo Augusto de. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD: 469.5



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS CAUSAIS X ORAÇÕES  
COORDENADAS EXPLICATIVAS: UMA ANÁLISE  
EMPÍRICO-EXPERIMENTAL**

### CONSUELO HERMINE SANTOS


Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudos na Interface Sintaxe e Semântica Lexical.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2018, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientadora  
UFMG

  
Prof(a) Ricardo Augusto de Souza - Coorientador  
UFMG

  
Prof(a). Leandra Batista Antunes  
UFOP

  
Prof(a). Cândido Samuel Fonseca de Oliveira  
CEFET-MG

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora, a Profa. Dra. Sueli Maria Coelho, por toda ajuda e dedicação EXTREMA para a condução desta pesquisa. Sueli mostrou-me, com braveza e elogios ao referencial teórico, o quanto posso alçar, mesmo me encontrando, durante o nosso trabalho, num momento bem delicado. Muitíssimo obrigada, Sueli, pela sua passagem em minha vida.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Ricardo Augusto de Souza, que nos auxiliou, eficazmente, na condução da metodologia e da análise de dados.

Ao Prof. Dr. João Henrique Rettore Totaro por ter sido o incentivador do meu ingresso no mestrado.

À minha família, em especial, aos meus pais, Paulo e Marília. Paulo, por me ouvir pacientemente e pelo apoio financeiro, e Marília, por me ensinar, desde pequena, a ter disciplina. À minha irmã, Eliane, que sempre torceu por mim. Aos meus filhos, Vinícius, Laura, Joana e Helena, por todo amor. Aos meus tios, Ivan e Rosinha, por todo apoio.

Ao meu ex-marido, Luiz, pela ajuda financeira.

Aos meus colegas de graduação, em especial Adriana Bodolay, por sua enorme prestatividade.

Aos meus colegas de pós-graduação, Ludmila, Letícia, Glenda, Marcela, Polyana, Suelen, por toda ajuda.

À minha amiga Roberta, que não mediu esforços para me ajudar a reerguer após a minha separação. Obrigada, amada amiga!!!

À minha amiga Gina, por sua generosidade.

Ao meu psicólogo, Fídeas, que me mostrou o quão importante é sermos condutores de nossa própria vida.

A Deus, pela força, pela resiliência, pelo amor; enfim, por tudo!!!

## RESUMO

Nossa pesquisa tem a intenção de investigar questões relacionadas à distinção entre as orações subordinadas causais e as orações coordenadas explicativas com o objetivo de auxiliar os alunos do Ensino fundamental II e Médio no entendimento desse assunto tão complexo. A elaboração dessa pesquisa se deu a partir da revisão literária de gramáticos, linguistas e filósofos. Buscamos, com isso, apresentar o conceito formulado para cada oração, para verificar se tais conceitos são suficientemente esclarecedores a ponto de permitir a correta identificação das orações. Partimos da hipótese de que a inversão da ordem canônica, nas causais, é lícita, ao passo que, nas explicativas, não. Utilizamos como metodologia, dentro da sintaxe experimental, o julgamento de aceitabilidade. O resultado do experimento revelou que tanto a inversão das causais quanto a inversão das explicativas foi bem aceita pelos participantes, mas sugeriu que fatores semânticos ligados ao acarretamento entre as orações do período diferenciam as orações causais das explicativas pelo fato de estas denotarem uma causa eficiente e aquelas, uma causa real.

**Palavras-chave:** Oração subordinada adverbial causal. Oração coordenada explicativa. Julgamento de aceitabilidade. Sintaxe experimental.

## ABSTRACT

Our research is intended to investigate issues related to the distinction between causal subordinate clauses and independent clauses aiming to help students from Elementary, Middle and High school, understand such a complex issue. The elaboration of this research came from the literary revision of grammarians, linguists and philosophers. We therefore look forward to present the formulated concept to each clause in order to verify whether such concepts are sufficiently clarifying to allow the correct identification of these clauses. We start from the hypothesis that the inversion of the canonical order, is correct, while in the explanatory, it is not. We use as methodology, within the experimental syntax, based on the criterion of acceptability. The result of the experiment revealed that both the inversion of the causal and the inversion of explicative were well accepted by participants, but it suggested that semantic factors related to the entailment between the clauses of the period differentiate the causal clauses from the explicative ones once they denote an efficient cause and those, a real cause.

**Keywords:** Causal adverbial subordinate clause. Independent clauses. Criterion of acceptability. Experimental syntax.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Médias de julgamentos emitidos por estudantes do curso de letras da UFMG por tipo de sentença .....	46
GRÁFICO 2 – Médias de julgamentos emitidos por estudantes do curso de letras da UFMG por sujeitos.....	46
QUADRO 1 – Síntese da visão tradicional sobre as conjunções explicativas.....	19
QUADRO 2 – Síntese da visão dos linguistas sobre as conjunções explicativas...	22
QUADRO 3 – Síntese da visão tradicional <i>versus</i> a descrição contemporânea sobre as relações de explicação.....	23
QUADRO 4 – Síntese da visão tradicional sobre as relações de causa.....	26
QUADRO 5 – Síntese da visão tradicional <i>versus</i> a descrição contemporânea sobre as relações de causa.....	36

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- NGB - Nomenclatura Gramatical Brasileira  
TGP - Tradicional Gramática Portuguesa  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>10</b>
<b>2 A PESQUISA .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Objeto de estudo .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Objetivos, hipóteses e justificativa e organização da dissertação .....</b>	<b>12</b>
2.2.1 Objetivo geral .....	12
2.2.1.1 <i>Objetivos específicos</i> .....	12
2.2.2 Hipóteses .....	13
2.2.3 Justificativa e organização da dissertação .....	13
<b>CAPÍTULO 1 – AS RELAÇÕES DE CAUSA E DE EXPLICAÇÃO: UMA DISTINÇÃO TÊNUE .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 As relações de explicação .....</b>	<b>15</b>
1.1.1 A visão dos gramáticos normativos sobre as coordenadas explicativas.....	15
1.1.2 A visão dos linguistas sobre as coordenadas explicativas.....	20
1.1.3 Tradição gramatical e descrição contemporânea: relações de explicação .....	22
<b>1.2 As relações de causa .....</b>	<b>24</b>
1.2.1 A visão dos gramáticos normativos sobre as subordinadas adverbiais causais	24
1.2.2 A visão dos linguistas sobre as subordinadas adverbiais causais .....	27
1.2.3 Tradição gramatical e descrição contemporânea: relações de causa .....	35
<b>CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>38</b>
<b>2.1 O Experimento.....</b>	<b>39</b>
2.1.1 Participantes.....	40
2.1.2 Materiais.....	41
2.1.3 Procedimentos.....	42
<b>CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>43</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>4 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
<b>5 APÊNDICE.....</b>	<b>55</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É bastante comum, principalmente no Ensino fundamental II e no Médio, a dificuldade que os alunos apresentam quando são solicitados a distinguir uma oração subordinada adverbial causal de uma oração coordenada explicativa. O problema se acirra quando ambos os tipos de oração aparecem introduzidos pela mesma conjunção, a saber, *porque*, *que* ou *pois*. Tal dificuldade decorre não só da coincidência lexical do conector, mas, sobretudo, de uma imbricação de fatores tanto de ordem semântico-pragmática, quanto sintática. Não raro nos deparamos com sentenças que congregam, ao mesmo tempo, a ideia de causa e a de explicação, já que, para explicar determinado fato, o produtor do texto se vale da causa que o motivou. Não bastasse esse acúmulo de funções semântico-pragmáticas, do ponto de vista sintático, percebemos ainda que algumas orações coordenadas, por serem independentes sintaticamente, normalmente gozam de uma maior mobilidade na sentença, tal como as adverbiais, que, como termos acessórios que são do período, acrescentam-lhe informações circunstanciais de natureza bem mais fluida em termos de distribuição, se comparadas, por exemplo, às orações que exercem função de termos integrantes. Os exemplos apresentados a seguir, extraídos de gramáticas normativas da Língua Portuguesa, se propõem a ilustrar o problema que ora começamos a delinear:

- (1) “Espere um pouco, *porque* ele não demora.” (LIMA, 1972 [1999], p. 186, grifos do autor)
- (2) “Dorme cá, *pois* quero mostrar-lhe as minhas fazendas.” (CUNHA, CINTRA, 1985, p. 567, grifos do autor)
- (3) “Apressa-te, *que* (ou *porque*, ou *pois*, ou *porquanto*) o tempo é pouco.” (CEGALLA, 1993, p. 222, grifos do autor)
- (4) “Ele foi-se embora, *porque* não podia pagar a pensão.” (LIMA, 1972 [1999], p. 186, grifos do autor)
- (5) “Tenho continuado a poetar, *porque* decididamente se me renovou o estro.” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 572, grifos do autor)
- (6) “O tambor soa *porque* é oco.” (CEGALLA, 1993, p. 223, grifos do autor)

Os enunciados de (1) a (3) ilustram orações coordenadas explicativas, ao passo que os enunciados de (4) a (6) exemplificam as subordinadas adverbiais causais. Para além da coincidência do nexos coesivo, as orações dos dois grupos parecem exibir relações semânticas bastante próximas, o que constitui, normalmente, um entrave para a classificação e, obviamente, gera dúvidas, especialmente entre professores e alunos, que são aqueles que, mais cotidianamente, se defrontam com a matéria.

Frente à problemática apresentada, enunciam-se os seguintes questionamentos: (i) existe(m) ou não diferença(s) capaz(es) de justificar a distinção das orações coordenadas explicativas e das orações subordinadas adverbiais em dois grupos distintos, conforme propõem a maioria dos gramáticos da Língua Portuguesa?; (ii) se tais diferenças existem, como identificá-las, de forma a tornar menos árduo o trabalho de categorização dessas orações?; (iii) a (im)possibilidade de inversão da ordem das orações, quer se trate de coordenação quer se trate de subordinação, pode ser considerada um critério para a distinção entre essas orações? Para tentar responder a essas questões – que constituem objeto de debate desde longa data – e buscando contribuir não só para a descrição da Língua Portuguesa, como também para a linguística aplicada ao ensino, este trabalho irá adotar o quadro teórico-metodológico da Sintaxe Experimental.

Na próxima seção, delimitaremos nosso objeto de estudo, apresentando nossos objetivos, nossas hipóteses, a justificativa para a pesquisa e o modo como organizamos esta dissertação de modo a divulgar os resultados por nós alcançados.

## 2 A PESQUISA

### 2.1 Objeto de estudo

Nosso objeto de estudo nesta pesquisa, conforme já antecipado na seção precedente, restringe-se às orações coordenadas explicativas e às orações subordinadas causais introduzidas pela conjunção *porque*. A seleção dessa conjunção se deve não apenas à necessidade de delimitação do objeto de estudo, bem como à sua produtividade na língua. Assim, acreditamos que as generalizações alcançadas a partir de seu estudo possam ser estendidas às demais conjunções de ambos os grupos, o que deverá ser verificado oportunamente, a partir dos resultados aqui obtidos.

### 2.2 Objetivos, hipóteses, justificativa e organização da dissertação

#### 2.2.1 Objetivo geral

Estudar comparativamente, sob a perspectiva teórico-metodológica da Sintaxe Experimental, as orações coordenadas explicativas e as orações subordinadas adverbiais causais introduzidas pela conjunção *porque*, buscando identificar características capazes de justificar uma categorização distinta entre esses dois grupos de orações.

##### 2.2.1.1 Objetivos específicos

- Identificar possíveis diferenças capazes de justificar a distinção das orações coordenadas explicativas e das orações subordinadas adverbiais causais em dois grupos distintos, segundo defende a tradição gramatical;
- mapear possíveis diferenças, identificando os níveis linguísticos em que elas se manifestam;
- verificar, a partir de métodos experimentais, se a transposição da oração subordinada adverbial causal e da coordenada explicativa para a posição inicial será igualmente aceita pelos participantes envolvidos na pesquisa;
- testar a hipótese de que a impossibilidade de inversão das duas orações constitui um parâmetro indicativo de que se trata de justificativa (explicação) e não de causa real, o que pode contribuir para a categorização.

### 2.2.2 Hipóteses

Considerando-se a problematização já enunciada, esta pesquisa parte das seguintes hipóteses: (i) existem diferenças capazes de assegurar a categorização das orações coordenadas explicativas e das orações subordinadas adverbiais causais em grupos distintos; (ii) tais diferenças são de natureza sintática (impossibilidade de alteração de ordem) e de natureza semântico-pragmática (distinção entre causa real e justificativa); (iii) a (im)possibilidade de inversão da ordem das orações, quer se trate de coordenação quer se trate de subordinação, constitui um critério capaz de auxiliar na categorização.

### 2.2.3 Justificativa e organização da dissertação

Tal como já antecipado, esta pesquisa se justifica por contribuir para o debate entre a distinção dos dois tipos de oração selecionados pelo estudo. Esse debate ocupa o cenário dos estudos linguísticos há bastante tempo – quer de cunho normativo, quer de cunho descritivo, conforme se demonstrará no capítulo primeiro, destinado a resenhar o tratamento dado ao fenômeno por gramáticos, linguistas e filósofos –, mas ainda não se alcançou uma solução satisfatória. Além disso, espera-se que os resultados advindos de nossa pesquisa possam contribuir para a descrição da Língua Portuguesa, impactando também no seu ensino. Agregue-se a isso o caráter inovador deste estudo, que adota uma metodologia experimental para tratar um fenômeno linguístico amplamente discutido, mas não abordado sob essa perspectiva.

Como forma de apresentação da pesquisa realizada, organizamos nosso trabalho em três capítulos: o primeiro, intitulado *As relações de causa e de explicação: uma distinção ténue*, subdivide-se em duas seções, sendo a primeira delas dedicada a tratar das relações de explicação e a segunda, das relações de causa. Tais seções, por sua vez, subdividem-se, cada uma delas, em três subseções, a primeira das quais se dedica a analisar a visão dos gramáticos normativos sobre o tema. Como representantes da tradição gramatical, resenhamos, para servir-nos de aporte teórico, os seguintes gramáticos: Ribeiro (1950), Lima (1957 [2003]); Bueno (1968); Bechara (1968 [2003]); Cunha (1975). Julgamos oportuno incluir também uma breve discussão acerca dos conceitos de *causa* e de *explicação* tomando como parâmetro o vocabulário filosófico, já que a Filosofia é o berço da Gramática. Para tanto, apoiamos-nos nas obras de Ferrater Mora (2000-2001) e de Giacoia Júnior (2006). Na segunda subseção,

dedicamo-nos a analisar a visão dos linguistas sobre o fenômeno de que nos ocupamos a partir das obras de Kury (1999), de Neves (2000), de Azeredo (2010) e de Bagno (2012). A terceira subseção dedica-se a estabelecer um contraponto entre a tradição gramatical e a descrição contemporânea com base na elaboração de um quadro comparativo entre as abordagens.

No segundo capítulo, denominado de *Procedimentos metodológicos*, apresentamos o percurso metodológico adotado nesta pesquisa, conceituando e descrevendo a metodologia experimental, caracterizando o experimento e os informantes, e explicitando os procedimentos da pesquisa.

No terceiro capítulo, intitulado de *Apresentação e análise dos dados*, além de apresentarmos e de analisarmos os dados obtidos com o teste de julgamento de aceitabilidade, dialogamos com o nosso aporte teórico, numa tentativa de julgar a adequação de nossa hipótese e de extrair alguma implicação didática dos dados obtidos.

Por fim, na seção destinada a tecer nossas *considerações finais*, retomamos os questionamentos norteadores desta pesquisa, o objetivo geral e os específicos, as hipóteses, além de alguns teóricos presentes no capítulo primeiro. Feito isso e à luz da análise e da interpretação de dados, avaliamos criticamente não só as possíveis lacunas de nossa pesquisa como, também, suas contribuições.

## CAPÍTULO 1

### AS RELAÇÕES DE CAUSA E DE EXPLICAÇÃO: UMA DISTINÇÃO TÊNUE

Devido à dificuldade em se estabelecer uma distinção precisa entre causa e explicação, tanto por parte dos gramáticos quanto dos próprios linguistas, optamos por organizar o capítulo do referencial teórico desta forma: apresentaremos, separadamente, as posições dos gramáticos e dos linguistas acerca das orações coordenadas explicativas e das subordinadas adverbiais causais, iniciando pela visão dos gramáticos. Dessa forma, acreditamos que o leitor, ao se deparar com o contraste entre a análise dos gramáticos e a análise dos linguistas sobre a divergência entre coordenadas explicativas e sobre subordinadas causais, terá uma visão da complexidade do tema e da dificuldade de se estabelecer uma distinção precisa entre ambas as relações.

#### 1.1. As relações de explicação

O nosso objeto de investigação é tratado nas gramáticas normativas tanto na seção destinada à morfologia, como naquela destinada à sintaxe. Ao iniciarmos este estudo, consideramos melhor intitulamos a seção a partir da relação expressa pelas conjunções explicativas, pois, nas gramáticas, tais relações são abordadas tanto na morfologia, na seção destinada às conjunções, quanto na sintaxe, ao tratar das orações coordenadas.

##### 1.1.1 A visão dos gramáticos normativos sobre as coordenadas explicativas

Trabalharemos, nessa pesquisa, com estes gramáticos: Ribeiro (1950); Lima (1957 [2003]); Bueno (1968); Bechara ([1968] 2003); Cunha (1975). Tais gramáticos foram escolhidos não só pela necessidade de se delimitar também o arsenal teórico, como também pelo fato de se pautarem pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), o que assegura uma equidade de critérios – ou ao menos de terminologia – para tratar da questão. Ademais, tais autores traduzem o pensamento da tradição gramatical. Segundo Mattos e Silva (2002, p. 12),

a gramática tradicional pretende estabelecer as regras de uma língua e através delas ensinar a língua àqueles que já a dominam. Há uma contradição nessa definição: se os aprendizes já dominam a língua, a gramática nada terá a ensiná-los. De fato a gramática tradicional estabelece regras de um predeterminado modelo ou padrão da língua, para aqueles que já dominam outras variantes dessa língua e também algumas regras daquela variante que é a padrão.

A resenha dos autores acerca de nosso objeto de estudo será feita cronologicamente, pois pretendemos mostrar os pontos convergentes e divergentes entre esses gramáticos ao longo do tempo, o que visa a nos permitir julgar, por exemplo, se a visão de Ribeiro (1950) é tão distante da de Lima (1957 [2003]) ou não.

Segundo Ribeiro, “conjunção é uma parte elementar do discurso que serve para mostrar as relações que as proposições têm entre si”(1950, p. 462). No que tange às conjunções coordenativas explicativas, Ribeiro traz esta definição: “conjunções explicativas são as que, designando uma relação de identidade, ligam entre si duas proposições das quaes é uma a explicação da outra.” (1950, p. 467).

Como a noção de *explicação* já era tratada por filósofos e dado que a Filosofia é o berço da gramática tradicional, é de suma importância, para nosso estudo, explicitar a definição desse vocábulo encontrada em alguns dicionários de filosofia. Para Oswaldo Giacoia Junior, autor do *Pequeno dicionário de filosofia contemporânea*, *explicação* é a “operação intelectual por meio da qual se visa (*sic*) esclarecer ou tornar explícita a razão de ser ou a causa de um fenômeno, processo ou conjunto de fenômenos” (2006, p.79). Vê-se, pois, na própria definição filosófica, base da tradição gramatical, uma confluência entre as noções de causa e de explicação, já que uma das formas de se explicar intelectualmente é oferecendo a causa do fenômeno.

Segundo Lima (1957 [2003]), conjunções são palavras que relacionam entre si

a) dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo, adjetivo + adjetivo, advérbio + advérbio, oração + oração, etc.) ou

b) duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação.

Para esse autor, as conjunções explicativas “relacionam pensamentos em sequência justificativa, de tal forma que a segunda frase explica a *razão de ser* da primeira.”

(1957 [2003], p. 186, grifos nossos) Percebe-se, aqui, uma reafirmação do conceito de explicação dado por Oswaldo Giacoia Júnior (2006).

Ferrater Mora, autor do *Dicionário de filosofia*, ao apresentar o significado do verbete *explicação*, parte do geral para o particular:

O termo ‘explicação’ designa o processo mediante o qual se desenvolve o que estava envolto, torna-se presente o que estava latente. Ao explicar alguma coisa, desdobramo-la ante a visão intelectual e, com isso, aquilo que parecia obscuro e confuso aparece claro e detalhado. (2000-2001, p. 975)

Na sequência, fazendo um percurso histórico, apresenta, de forma mais detalhada e específica, o conceito do termo:

Entre as investigações sobre a explicação do século XX que merecem atenção particular encontram-se as de Meyerson, Lalande, Brunschvicg, K. Popper, H. Feigl, Carl G. Hempel, Paul Oppenheim, R. B. Braithwaite e E. Nagel. Os três primeiros autores citados destacaram a necessidade que a ciência tem da explicação. Opondo-se ao positivismo e ao fenomenismo, indicaram – como Meyerson claramente expressou – que a ciência busca as verdadeiras causas dos fenômenos e que a busca dessas causas torna-se possível mediante um processo de assimilação da realidade à razão constituinte (como proclama Lalande) ou mediante um processo de identificação (como assinala Meyerson). Os autores restantes ocuparam-se mais em esclarecer o significado de ‘explicar’ e, sobretudo, de ‘explicar causalmente’. Desse modo, Popper indicou que ‘explicar causalmente’ um processo significa poder derivar dedutivamente de leis e condições concomitantes (às vezes chamadas de “causas”) uma proposição que descreve esse processo. Em toda explicação há, antes de tudo, uma hipótese ou uma proposição que tem o caráter de uma lei natural e depois uma série de proposições válidas somente para o caso considerado. A explicação causal está ligada, pois, à possibilidade de prognosticar a aparição de fenômenos. (2000, p.975)

Vimos, então, que, ao considerarmos razão como causa, corroboramos a hipótese de que, há, na explicação, uma explicitação da causa, conforme já sinalizara Lima (1957 [2003]), ao dizer que a segunda frase explica a *razão de ser* da primeira.

Notemos que, entre as definições apresentadas pelos gramáticos sobre conjunção, a de Lima (1957 [2003]) é a mais detalhada. Esse autor não se restringe ao fato de a conjunção ligar apenas duas orações, duas proposições, mas mostra que a conjunção pode ligar, também, elementos de mesma natureza, o que expande seu escopo do plano da oração, para o plano do sintagma. Além disso, ao apresentar sua definição acerca das conjunções explicativas, ele vai além das definições formuladas pelos outros gramáticos. Lima (1957 [2003]), assim como Bechara (1968 [2003]), já registra a proximidade entre as relações de causa (*razão de ser*) e de explicação (sequência justificativa), o que permite o emprego de uma pela outra.

A definição de conjunção apresentada por Bueno (1968, p. 152) assemelha-se à de Ribeiro (1950): “conjunção é a palavra variável que liga duas orações indicando as relações entre elas existentes”. Percebe-se, também, na definição de conjunção apresentada por Bechara (1968 [2003]) uma semelhança com as definições apresentadas por Ribeiro (1950), por Bueno (1968) e por Cunha, Cintra<sup>1</sup> (1985 [2003]), respectivamente: “a língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado. Estas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se repartem em dois tipos: coordenadas e subordinadas.” (BECHARA, 1968 [2003], p. 319). Entretanto, diferentemente dos demais gramáticos, ao apresentar os tipos de conjunções coordenativas, Bechara (1968 [2003]) não considera as conjunções explicativas como conjunções coordenativas e sim como unidades adverbiais. Nas palavras do autor,

levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações inter-oracionais ou intertextuais. É o caso de *pois, logo, portanto, entretanto, contudo, todavia, não obstante*. Assim, além das conjunções coordenativas já assinaladas, teríamos as explicativas (*pois, porquanto*, etc.) e conclusivas (*pois [posposto], logo, portanto, então, assim, por conseguinte*, etc.), sem contar *contudo, entretanto, todavia*, que se alinham junto com as adversativas. Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticografia de língua portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias [ED.1] e entre brasileiros, em Maximino Maciel, nas últimas versões de sua *Gramática* [MMa.1]. Perceberam que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas. (BECHARA, 1968 [2003], p. 322)

Vê-se, pois, já registrada na tradição gramatical uma lucidez acerca da intersecção entre as orações explicativas e as adverbiais causais. Na explicação de Bechara (2003), nota-se um valor funcional de advérbio que aproxima as orações explicativas e as adverbiais, o que permite, então, que o falante recorra a uma explicação para tratar de uma causa.

Antes de passarmos à resenha dos linguistas sobre as relações de explicação, apresentamos um quadro síntese, no qual cotejamos as conjunções explicativas elencadas pelos gramáticos consultados, bem como alguns exemplos apresentados por eles para ilustrá-las, no intuito de sistematizar didaticamente suas generalizações sobre o tema.

---

<sup>1</sup> “[palavras] que ligam duas orações, a segunda das quais justifica a idéia contida na primeira.” (CUNHA; CINTRA 1985 [2003], p. 393).

QUADRO 1 – Síntese da visão tradicional sobre as conjunções explicativas

Gramáticos	Principais conjunções explicativas	Exemplificação fornecida tanto na parte da morfologia, quanto da sintaxe
Ernesto Carneiro Ribeiro (1950)	isto é, a saber, sobretudo, principalmente	“As virtudes theologaes são três, <i>a saber</i> : a Fé, a Esperança e a Caridade”. (RIBEIRO, 1950, p. 467, itálico do autor) morfologia  O exemplo da conjunção explicativa na sintaxe não foi apresentado.
Carlos Henrique da Rocha Lima (1957 [2003])	que, pois, porque, porquanto	“Espere um pouco, <i>porque</i> ele não demora”. (LIMA, 1957 [2003], p. 186, itálico do autor) morfologia  O exemplo da conjunção explicativa na sintaxe não foi apresentado.
Francisco da Silveira Bueno (1968)	isto é, por exemplo, a saber, quer dizer	“Cinco são os sentidos externos, <i>a saber</i> : o tacto, o olfato, o paladar, a visão e a audição”. (BUENO, 1968, p. 154, itálico do autor) morfologia  O exemplo da conjunção explicativa na sintaxe não foi apresentado.
Evanildo Bechara (1968 [2003])	pois (no início da oração), que (porque), porque, porquanto	“Venha, porque desejo conversar com você”. (BECHARA, 1968 [2003], p. 196) morfologia  “Vá andando, <i>que</i> irei depois”. (BECHARA, 1968, p.270, itálico do autor) sintaxe
Celso Cunha, Luís Filipe Lindley Cintra (1985)	que, porque, pois, porquanto	“Era tempo, <b>pois</b> alguém se aproximava”. (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 393, negrito do autor) morfologia  “Um pouquinho só lhe bastava no momento, <b>pois</b> estava com fome. (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 403, negrito do autor) sintaxe

Fonte: Elaboração própria.

Percebemos que tanto Ribeiro (1950) quanto Bueno (1968) apresentam exemplos de locuções conjuntivas e, pelas exemplificações apresentadas por esses gramáticos, podemos questionar se tais contextos são realmente explicativos. Embora haja a presença de um aposto, não podemos, nos exemplos apresentados, afirmar que seja um aposto explicativo, pois não há

nenhuma relação de explicação. Parece-nos mais uma mera citação das virtudes theologaes e dos cinco sentidos externos, o que configura um aposto enumerativo.

### 1.1.2 A visão dos linguistas sobre as coordenadas explicativas

Adotaremos como parâmetro de contraponto com a visão tradicional quatro linguistas: Kury (1999), Neves (2000), Azeredo (2010) e Bagno (2012). Tal escolha foi motivada por uma tentativa de equidade de critérios com as obras adotadas para representar a tradição: todos esses linguistas contemporâneos possuem gramáticas descritivas ou manuais publicados, o que os torna referência de consulta para a área. Ao proceder à seleção das obras para essa resenha, chamou-nos a atenção o fato de três linguistas – Neves (2000), Azeredo (2010) e Bagno (2012) – não considerarem como conjunções coordenativas as conjunções explicativas. Tal fato nos instigou a descobrir o porquê dessa exclusão e a contrapor essa ideia à visão de Kury (1999), que, consciencioso da dificuldade de distinção entre as relações de explicação e de causa, propõe-se a estabelecer critérios para distingui-las.

Segundo Kury, a oração coordenada explicativa “exprime o motivo de se ter feito a declaração anterior.” (1999, p. 69). Em outras palavras, a coordenada explicativa mostra o motivo da declaração apresentada na oração que a antecede, o que denota, tal como assinalado por Lima (1957 [2003]) e por Bechara (1968 [2003]), a possibilidade de se empregar uma causa para explicar determinado fato. Abaixo, ilustramos com um exemplo extraído do autor:

(7) “Roda, meu carro, *pois* vamos rodando...” ( KURY, 1999,p. 69, grifos do autor)

Notamos, aqui, a presença de duas orações independentes sintaticamente: “Roda, meu carro,” e “vamos rodando”. Há, entre essas orações, uma relação semântica estabelecida pela conjunção *pois*, por meio da qual a segunda oração expressa uma justificativa, uma explicação da ordem formulada na primeira.

Como já anunciado, Neves (2000), ao apresentar a classe das conjunções coordenativas, considera apenas as aditivas, as adversativas e as alternativas. Essa autora não faz nenhuma alusão às conjunções coordenativas explicativas, o que nos leva a inferir que ela não as considera como pertencentes à classe das conjunções. Conforme descreve a autora, tais vocábulos “são advérbios juntivos, de valor anafórico, que ocorrem numa oração ou num sintagma, referindo-se a alguma porção da oração ou do sintagma anterior. Esses advérbios juntivos podem indicar contraste ou conclusão” (2000, p. 241). Percebe-se, então, que essa

autora atribui às tradicionais conjunções explicativas e conclusivas um valor adverbial, fato que difere substancialmente da descrição tradicional normativa, mas se alinha à visão de Epifânio Dias e de Maximino Maciel, citados por Bechara (1968 [2003]), que também partilha desse entendimento.

Segundo Azeredo (2010), “chama-se **conjunção coordenativa** a espécie de palavra gramatical que une duas ou mais unidades (palavras, sintagmas ou orações) da mesma classe formal e mesmo valor sintático. As conjunções coordenativas típicas são *e* (aditiva), *ou* (alternativa) e *mas* (adversativa)” (AZEREDO, 2010, p. 198, negritos e itálicos do autor). Ao tratar de tais conjunções típicas, esse autor estabelece um paralelo entre os adjuntos conjuntivos (recurso de coesão textual) de conclusão e de explicação, conforme ilustram estes exemplos extraídos de sua obra:

- (8) “As águas baixaram um pouco; **logo** (ou **portanto**), já podemos atravessar.”  
(AZEREDO, 2010, p. 308, negritos do autor)

Azeredo observa que “se invertemos agora a ordem das orações, o raciocínio formulado no primeiro exemplo será expresso pelo conectivo *pois* ou *porque*, que são conjunções explicativas: Já podemos atravessar, **pois** (ou **porque**) as águas baixaram um pouco.” (2010, p. 308, negritos do autor).

A partir desse raciocínio, que se assemelha à visão de Neves (2000), ele assim sistematiza as relações de conclusão e de explicação no âmbito das orações:

*portanto* (ou *logo*) introduz a conclusão que se tira de um fato ou ideia; *pois/porque* introduz o próprio fato. Pode-se também dizer que *pois/porque* inicia um argumento para uma tese/opinião ou uma atitude expressa na oração anterior:

- Tínhamos obrigação de ganhar o jogo (opinião/tese), **pois** nossa equipe estava mais preparada. (argumento)
- Levem agasalhos (atitude), **porque** no alto da serra a temperatura é muito baixa. (argumento) (AZEREDO, 2010, p. 308, grifos do autor)

Notamos que, apesar de Azeredo (2010) apresentar um posicionamento semelhante ao de Lima (1957 [2003]) e ao de Bechara (1968 [2003]) no tocante às especificidades das explicativas e das conclusivas em relação às demais coordenadas, esse linguista avança em relação aos gramáticos, ao reconhecer o valor argumentativo de tais *adjuntos conjuntivos*.

Na mesma linha de restrição do conjunto das coordenadas a três blocos apenas, Bagno (2012) descreve como conjunções coordenativas somente as aditivas (*e*, *nem*), as adversativas (*mas*) e as alternativas (*ou*). Percebemos, então, que também para esse autor as conjunções

explicativas e as conclusivas não se categorizam como conjunções coordenativas. Bagno (2012) diz que a Tradicional Gramática Portuguesa (TGP) classifica como conjunções algumas palavras que os pesquisadores contemporâneos preferem colocar na classe dos advérbios. Entretanto, como pudemos perceber pela resenha dos gramáticos tradicionais, tal preferência não denota uma inovação analítica da contemporaneidade, mas o reconhecimento da propriedade de análise adotada por alguns teóricos tradicionais como, Bechara (1968 [2003]) e outros que o antecederam e que foram por ele mencionados.

Tal como adotado para os gramáticos tradicionais, proporemos um quadro síntese com a visão dos linguistas, de modo a permitir um cotejo mais objetivo de suas visões sobre o tema.

QUADRO 2 – Síntese da visão dos linguistas sobre as conjunções explicativas

<b>Linguistas</b>	<b>Conjunções explicativas</b>	<b>Exemplificação</b>
Adriano da Gama Kury (1999)	pois (anteposta ao verbo), porque, porquanto, que	“Roda meu carro, que é curto o caminho.” (KURY, 1999, p. 69)
Maria Helena de Moura Neves (2000)	Não apresenta	Não apresenta
José Carlos de Azeredo (2010)	pois, porque	“Levem agasalhos, porque no alto da serra a temperatura é muito baixa.” (AZEREDO, 2010, p. 308)
Marcos Bagno (2012)	Não apresenta	Não apresenta

Fonte: Elaboração própria.

### 1.1.3. Tradição gramatical e descrição contemporânea: relações de explicação

Apresentados separadamente os posicionamentos de gramáticos normativos e de linguistas contemporâneos acerca das conjunções/orações coordenadas explicativas, cabe-nos, aqui, antes de procedermos à resenha das relações de causa, um cotejo mais sistematizado entre os dois grupos, o que optamos por fazer em forma de quadro-síntese, por entendermos que tal procedimento torna mais evidente e, portanto, mais didática a comparação.

QUADRO 3 – Síntese da visão tradicional *versus* a descrição contemporânea sobre as relações de explicação

<b>Gramáticos</b>	<b>Definição de conjunção/oração coordenada explicativa</b>	<b>Linguistas</b>	<b>Definição de conjunção/oração coordenada explicativa</b>
Ernesto Carneiro Ribeiro (1950)	A conjunção explicativa estabelece uma ligação entre duas proposições, sendo uma a explicação da outra.	Adriano da Gama Kury (1999)	Não apresenta
Carlos Henrique da Rocha Lima (1957 [2003])	As conjunções explicativas mostram a relação presente numa sequência justificativa, em que a segunda frase explica a razão de ser da primeira frase.	Maria Helena de Moura Neves (2000)	Não apresenta tal definição, pois não considera como conjunções coordenadas as explicativas
Francisco da Silveira Bueno (1968)	Não traz tal definição, pois, ao apresentar o conceito de conjunção, no sentido amplo, esse autor deixa claro que a conjunção indica as relações semânticas existentes entre duas orações, por isso ele só apresenta ao leitor as conjunções explicativas.	Marcos Bagno (2012)	Não apresenta tal definição, pois não considera como conjunções coordenadas as explicativas
Evanildo Bechara (1968 [2003])	Não apresenta tal definição, pois não considera como conjunções coordenadas as explicativas	José Carlos de Azeredo (2010)	Não apresenta, pois esse autor a vê como advérbio conjuntivo de valor argumentativo.
Celso Cunha (1975)	As conjunções explicativas ligam duas orações, em que a segunda oração justifica a ideia contida na primeira.	*	*

Fonte: Elaboração própria

\* Os quadrantes em branco se justificam pelo fato de a quantidade de gramáticos consultados, para este trabalho, ser superior ao número de linguistas.

## 1.2 As relações de causa

Alguns teóricos não apresentam o conceito de conjunções causais; por isso, nesses casos, apresentaremos o conceito de orações subordinadas adverbiais causais e, quando o autor apresentar tanto a definição de conjunção causal quanto a definição de orações subordinadas adverbiais causais, apresentaremos ambas as definições, para que o leitor esteja ciente da perspectiva adotada pelo autor consultado cuja opção pode sinalizar uma abordagem morfossintática ou uma abordagem morfológica e sintática para o tratamento do tema.

### 1.2.1 A visão dos gramáticos normativos sobre as subordinadas adverbiais causais

Trabalharemos, nesta seção, com os mesmos gramáticos selecionados para as relações de explicação – Ribeiro (1950), Lima (1957 [2003]), Bueno (1968), Bechara (1968 [2003]) e Cunha, Cintra (1985 [2003]) –, exatamente porque é também nossa intenção nesta pesquisa verificar se os gramáticos sinalizam alguma intercessão entre as relações de causa e de explicação, consideradas tão tênues por nós e também pelos alunos, quando solicitados a classificar as orações.

Segundo Ribeiro (1950), “as conjunções causas ou causativas ligam entre si duas proposições, das quaes uma se acha contida na outra como o efeito na causa. A que representa o efeito é a principal, sendo a outra secundária ou subordinada.” (RIBEIRO, 1950, p. 470)

(9) “Veiu alli *porque* visse com seus próprios olhos os descomedimentos dos seus.”  
(RIBEIRO, 1950, p. 470, grifos do autor)

Adotando procedimento análogo ao de Bueno (1968), Lima (1957 [2003]) não apresenta uma definição para as conjunções causais. Esse autor apenas cita quais são essas conjunções. Ao tratar da oração subordinada adverbial causal, Lima assim a define: “a oração causal indica o fato determinante da realização, ou não-realização, do que se declara na principal. A formiga não receia o inverno, porque economiza no verão” (LIMA (1957 [2003]), p. 274).

Coerentemente com o que pondera acerca da função das orações causais, percebe-se, no exemplo apresentado pelo autor, que o fato de ter economizado no verão é determinante

para que a formiga não tema o inverno. Assim, a conjunção *porque* estabelece adequadamente uma relação de causalidade entre as orações que conecta.

De acordo com Bueno, “as subordinadas adverbiais correspondem a circunstâncias e são tantas quantas as espécies de advérbios” (BUENO, 1968, p. 413). Notamos, aqui, que esse autor apenas associou os tipos de subordinadas adverbiais às espécies de advérbios. Tivemos o cuidado de consultar as espécies de advérbios apresentados pelo autor e constatamos que, ao apresentar a divisão dessa classe, Bueno não mencionou o advérbio de causa: “se o advérbio expressa a circunstância do verbo ou a intensidade da qualidade do adjetivo, podemos dividi-lo em advérbio de lugar, de tempo, de negação, de afirmação, de modo, de dúvida, de quantidade ou intensidade e de designação” (BUENO, 1968, p. 147).

Ao tratar das *conjunções*, Bueno (1968, p. 152) as divide em duas grandes classes: coordenativas e subordinativas.

Distingue-se uma classe de outra pela função das orações: quando ambas as proposições exercem a mesma função no período, de tal modo que uma pode ser separada de outra, mantendo a sua perfeita significação, serão coordenadas e a conjunção, que entre elas estabelece nexo, denomina-se coordenativa. Se, porém, no período lógico, uma oração não pode ser separada de outra porque ficará incompleta em sua significação, haverá orações subordinadas e a conjunção que as ligar tomará o nome de subordinativa.

Ao tratar das conjunções subordinativas causais, esse autor apenas apresenta o rol dessas conjunções sem sequer defini-las. Tal apresentação deixa a cargo do leitor a descoberta do que venha a ser uma subordinada causal, o que pode implicar vários significados, pois dependerá da interpretação daquele que lê.

Bechara assim define as conjunções causais: “quando iniciam oração que exprime a causa, o motivo, a razão do pensamento da oração principal. A memória dos velhos é menos pronta porque o seu arquivo é muito extenso” (BECHARA, 1968 [2003], p. 326). Vê-se, no exemplo apresentado pelo autor, que a causa, o motivo ou a razão de a memória senil ser mais limitada é o fato de o arquivo ser muito extenso, o que a torna menos pronta.

Cunha (1975) adota um procedimento bastante tautológico para tratar do tema, já que apresenta as conjunções causais como aquelas que iniciam uma oração subordinada denotadora de causa – oração subordinada causal –, que assim se classifica se a conjunção que a introduz for subordinativa causal. Percebemos, desse modo, que Cunha não explicita o conceito de causa, expediente nada didático para aqueles que recorrem a sua obra, com o fim de obter informações sobre a questão.

Vejamos, no quadro-síntese a seguir, um arrazoado das conjunções causais, segundo os gramáticos aqui resenhados.

QUADRO 4 – Síntese da visão tradicional sobre as relações de causa

Gramáticos	Principais conjunções causais	Exemplificação fornecida tanto na parte da morfologia, quanto na da sintaxe
Ernesto Carneiro Ribeiro (1950)	como, pois, porque, porquanto	<p>“Estes são mil vezes mais desgraçados, <i>porque</i> se recordam de que para elles houve já esplendores e harmonias...” (RIBEIRO, 1950, p. 470, itálico do autor) morfologia</p> <p>O exemplo da conjunção causal na sintaxe não foi apresentado.</p>
Carlos Henrique da Rocha Lima (1957 [2003])	que, porque, porquanto, como, já que, desde que, pois que	<p>“Ele foi-se embora, [<i>porque</i> não podia pagar a pensão].” (LIMA, 1957 [2003], p. 186, itálico do autor) morfologia</p> <p>“A formiga não receia o inverno, <i>porque</i> economiza no verão.” (LIMA, 1957 [2003], p. 274, itálico do autor) sintaxe</p>
Francisco da Silveira Bueno (1968)	porque, que, pois que, porquanto	<p>“E as apreciações [...] não me intimidam [...] <i>porque</i> todas elas são vistas, velhas e vãs”. (BUENO, 1968, p. 155, itálico do autor) morfologia</p> <p>O exemplo da conjunção causal na sintaxe não foi apresentado.</p>
Evanildo Bechara (1968 [2003])	que (=porque), porque, como (=porque)	<p>“<i>Como</i> ia de olhos fechados, não via o caminho.” (BECHARA, 1968 [2003], p. 326, grifo nosso) morfologia</p> <p>“O advogado não o defendeu, <i>porque o réu só mentiu no depoimento.</i>” (BECHARA, 1968 [2003], p. 472, grifos do autor) sintaxe</p>
Celso Cunha (1975)	porque, pois, porquanto, como [=porque], pois que, por isso que, já que, uma vez que, visto que, visto como	<p>“Trabalho inútil, <b>pois</b> a pessoa da voz devia estar ali por perto”. (CUNHA, 1975, p. 394, negrito do autor) morfologia</p> <p>“Não há mais que contar, <b>porque isto é pequeno.</b>” (CUNHA, 1975, p. 409, negrito do autor) sintaxe</p>

Fonte: Elaboração própria.

Observamos, no quadro-síntese ora formulado, que a conjunção causal *porque* é citada por todos os gramáticos, podendo, assim, ser considerada prototípica da categoria. Além

disso, notamos, também, que alguns gramáticos apresentam um número menor de conjunções destinadas a traduzir a relação causal.

Na subsecção a seguir, resenharemos a visão de alguns linguistas sobre o tema, tal como se procedeu quando do tratamento das relações de explicação.

### 1.2.2 A visão dos linguistas sobre as subordinadas adverbiais causais

Considerando-se o objetivo de comparar as orações explicativas com as causais, resenharemos, nesta seção, os mesmos linguistas adotados para a análise das orações explicativas, quais sejam: Kury (1999), Neves (2000), Azeredo (2010) e Bagno (2012). O trabalho de análise e de resenha desses autores permitiu-nos corroborar a hipótese de que há, nas subordinadas adverbiais causais, uma explicação pautada na causa, o que torna difícil a categorização polarizada entre os dois grupos de orações.

Aos moldes do que se deu no tratamento dispensado pelos normativistas às relações de causa, também entre os descritivistas alguns adotam uma perspectiva morfossintática, enquanto outros tratam separadamente as conjunções das orações por elas introduzidas. Desse modo, também aqui haverá uma apresentação conjunta ou separada da classe e de seu valor sintático, conforme a abordagem do linguista resenhado.

Segundo Kury (1999), a oração subordinada adverbial causal equivale a um adjunto adverbial de causa. Esse autor, ciente da tênue distinção entre oração causal e explicativa e da consequente dificuldade de categorização entre ambas, apresenta alguns artifícios de efeito prático para distinguir uma da outra. Vejamos:

1- Tendo sempre em mente que a oração subordinada adverbial vale por um adjunto adverbial (o que não acontece com a coordenada explicativa, sintaticamente independente), tente-se substituir a oração desenvolvida iniciada com *que*, *pois*, *porque* por outra equivalente, reduzida de infinitivo, iniciada pela preposição *por*. Se isso for possível, sem forçar o sentido, é sinal evidente de que a oração em tela é subordinada causal. – Este processo parece-nos o mais eficiente de todos. (KURY, 1999, p. 90, grifos do autor)

(10) “O povoléu intacto fugia espavorido, que ninguém se atrevia ao filho do corregedor.” (KURY, 1999, p. 91, grifos do autor)

Ao substituírmos a oração desenvolvida iniciada com *que* por outra equivalente, reduzida de infinitivo, iniciada pela preposição *por*, tal como recomendado pelo autor,

teremos isto: O povoléu intacto fugia espavorido por ninguém se atrever ao filho do corregedor. Dessa forma, segundo Kury (1999), quando essa substituição for possível, sem forçar o sentido, é sinal evidente de que a oração é subordinada causal.

“2- A oração explicativa, por ser independente, admite pausa forte, que se pode indicar por dois-pontos ou ponto e vírgula, o que em geral será forçado ou impossível para as causais.” (KURY, 1999, p. 90)

Dando prosseguimento à apresentação de seus cinco artifícios para tentar solucionar o impasse da dubiedade de classificação, Kury (1999, p. 90) enuncia seu terceiro critério, que, de certo modo, se relaciona ao segundo: “o conectivo, nas orações explicativas, pode omitir-se sem qualquer prejuízo de clareza, fazendo-se preceder a oração de dois pontos, o que, em princípio, não acontece em relação às causais.”

Tomando a oração “Fala-lhe tu, *que* eu não quero que ele me conheça.” (KURY, 1999, p. 90, itálico do autor) e omitindo, tal como orienta Kury, o conectivo *que*, teremos isto: “Fala-lhe tu: eu não quero que ele me conheça.” Confirma-se, segundo critério proposto pelo autor, tratar-se de uma coordenada explicativa, tanto pela omissão da conjunção (terceiro critério), quanto pela pausa forte, marcada pelos dois pontos (segundo critério). Entretanto, não nos parece forçada a transformação da segunda oração em reduzida de infinitivo, conforme prevê o primeiro artifício: Fala-lhe tu por eu não querer que me conheça. Sendo esse, segundo o autor, o procedimento mais evidente para se definir a oração causal, estamos, no mínimo, diante de uma dubiedade de classificação ou de uma ineficácia de critério.

Notemos, pois, que tanto na enunciação do segundo quanto do terceiro artifício, o autor modaliza sua eficácia, restringindo sua abrangência a uma regularidade passível de exceção. O quarto artifício apresentado pelo autor atém-se a uma particularidade formal da primeira oração e mantém a ressalva quanto à regularidade.

4- Na maior parte dos casos, a oração que antecede uma explicativa tem o verbo no imperativo, indicando tempo futuro; compare-se: “Não chores, porque estou a teu lado.” (explicativa); “Não chores [porque estou a teu lado] (causal), que não te farei mal.” (explicativa); “ Chorava [porque a mãe não estava ao seu lado].” (causal). (KURY, 1999, p. 90, grifos do autor)

Por fim, a formulação do quinto artifício, também apresentada em termos de uma generalização que se aplica à maior parte dos casos: “na sua maioria, as orações causais de *que*, *pois*, *porque* podem substituir-se por equivalentes com os conectivos *como* (no início do

período), *uma vez que* e análogos, o que não é possível com as explicativas.” (KURY, 1999, p. 90, grifos do autor)

Retomando o exemplo da oração explicativa apresentada pelo autor – Fala-lhe tu: (que) eu não quero que me conheça –, percebemos que é possível a inversão da oração e a substituição do conectivo: Como não quero que me conheça, fala-lhe tu. Essa substituição confirma tratar-se de uma oração adverbial, tal como já sinalizado pela aplicação do primeiro critério. Isso demonstra, pois, que é possível apresentar uma explicação pautada na causa ou, então, que os critérios até então formulados não se mostram suficientes para dar conta de diferenças tão sutis.

Em face da confluência de categorização, antes de procedermos à resenha de Neves (2000), julgamos relevante, assim como procedemos para as relações de explicação, apresentar o conceito de *causa* tal como concebido na ciência berço da tradição gramatical. Optamos por apresentá-lo neste momento e não naquele em que resenhamos a tradição gramatical, pelo fato de essa autora apresentar, em sua análise sobre o conceito de oração subordinada adverbial causal, questões concernentes a Aristóteles, as quais foram abordadas por Ferrater Mora (2000-2001). Além disso, apresentaremos também a definição de *causa* apresentada por Giles (1993) em virtude de esse autor fazer alusão à relação entre causa e efeito, outro ponto bastante abordado por Neves (2000).

Segundo os autores consultados, o vocábulo *causa* originou-se de um sentido jurídico: “acusação” ou “imputação”. Ao empregar, filosoficamente, a ideia de causa, imagina-se que não existe apenas “imputação” de algo a alguém ou a algo, mas, também, a existência da produção de algo de acordo com certa norma, ou o acontecimento de algo segundo determinada lei. De acordo com Ferrater Mora,

como a causa permite explicar por que certo efeito se produziu, logo se supôs que a causa era, ou podia ser, também uma razão ou motivo da produção do efeito. As idéias de causa, finalidade, princípio, fundamento, razão, explicação e outros similares relacionaram-se com muita frequência, tendo ocasionalmente se confundido. Aristóteles abordou o problema da causa, de sua natureza e de suas espécies em várias partes de sua obra, mas principalmente em *Met.*, A 3.983 b – 993 a 10; 2.1013 a 24- 1014 a 25; e em *Phys.*, II. 3.194 b 29 ss. A mais célebre e influente doutrina aristotélica a esse respeito é a classificação das causas em quatro tipos: a *causa eficiente*, que é o princípio da mudança; a *causa material*, ou aquilo de que algo surge ou mediante o qual chega a ser; a *causa formal*, que é a idéia ou o paradigma, como a essência em que “é antes de ter sido”; e a *causa final* ou o fim, a realidade que algo tende a ser. Há, pois, na produção de algo, o concurso de várias causas, e não só de uma. Por outro lado, as causas podem ser recíprocas, como ocorre com a fadiga, que é a causa da boa saúde, sendo esta a da fadiga, embora não

do mesmo modo, pois “uma é fim e a outra princípio do movimento. Ora, ainda que todas as causas concorram para a produção de algo – a produção do efeito –, a causa final parece ter certo predomínio, já que é o “bem” da coisa, e enquanto tal, a causa final pode ser considerada o bem por excelência. Quando Aristóteles afirma que “tudo o que ocorre tem lugar a partir de algo”, que “é preciso que todo o movido se mova a partir de algo”, ele sustenta, com efeito, que não há movimento sem causa, mas isso não equivale a afirmar um determinismo de tipo mecânico ou puramente eficiente. Por outro lado, ao afirmar que tudo o que ocorre ocorre por algo, Aristóteles refere-se explicitamente à noção de substância. Ser substância significa ser princípio das modificações, tanto das próprias como das executadas sobre outras substâncias. As quatro causas aristotélicas podem ser consideradas como os diversos modos em que se manifestam as substâncias enquanto substâncias. (*Diccionario de Filosofia*, 2000-2001, p. 424)

Para Thomas Ransom Giles, *causa* é

1. algo capaz de mudar ou modificar outro. 2. Aquilo que faz ou produz algo, sem o qual o referido resultado não teria ocorrido. O resultado é o efeito, e este explica-se pela causa. 3. As condições necessárias para a ocorrência de um evento são suficientes para a sua ocorrência e o antecedem no tempo. 4. Quando ocorre x, e y segue invariavelmente, x é considerado a causa de y (e y o efeito de x). 5. A condição suficiente para a ocorrência de um evento. 6. A razão pela qual algo é aquilo que é, ou porque age tal como age; as condições que explicam a ocorrência de algo. 7. A explicação mecânica dos eventos interrelacionados que levam a determinado efeito. 8. A explicação do vir-a-ser de algo de um modo e não de outro (*Dicionário de filosofia: termos e filósofos*, 1993, p. 15).

Percebemos que tanto Ferrater Mora (2000-2001) quanto Giles (1993) apresentam, para o vocábulo *causa*, a importância da explicação junto à causa, uma vez que aquela é pautada nesta. Um ponto distinto entre esses autores é a questão temporal observada no item 3 do verbete.

Como já antecipado, Neves, ao tratar das relações expressas pela conjunção causal, adota um procedimento mais descritivo e também mais filosófico que os demais linguistas consultados:

num sentido estrito, a relação causal diz respeito à conexão causa-consequência, ou causa-efeito, entre dois eventos. Essas relações se dão entre predicções (estados de coisas), indicando “causa real”, ou “causa eficiente”, ou “causa efetiva.” Assim estritamente entendida, a relação causal implica subsequência temporal do efeito em relação à causa (NEVES, 2000, p. 804).

Notamos, aqui, a importância dada por Neves (2000) à questão temporal, como já sinalizara Giles (1993).

- (11) “Tratava-me como criança. Uma vez me passou um pito **PORQUE** joguei fora o remédio. Outra vez se zangou **PORQUE** me encontrou fora da cama” (NEVES, 2000, p. 804, grifos do autor).

<b>Núcleo 1</b> (efeito 1):	<i>me passou um pito</i>	<b>POSTERIOR</b>
<b>Causal 1</b> (causa real 1):	<b>PORQUE</b> <i>joguei fora o remédio</i>	<b>ANTERIOR</b>
<b>Núcleo 2</b> (efeito 2):	<i>se zangou</i>	<b>POSTERIOR</b>
<b>Causal 2</b> (causa real 2):	<b>PORQUE</b> <i>me encontrou fora da cama</i>	<b>ANTERIOR</b>

Fonte: NEVES, 2000, p. 804.

Notamos, aqui, que Neves (2000) apenas mencionou, a partir do exemplo dado, a causa real sem sequer explicitar o que venha ser tal causa. Diante disso, resolvemos buscar em Amorim (2012) essa explicitação. Em seu artigo intitulado *Considerações sobre a relação de causalidade na conexão de orações: da tradição à descrição*, esse autor faz uso de um exemplo para introduzir a explicitação.

- (12) João sente dores constantes no corpo **porque sofreu um acidente** (AMORIM, 2012, p. 502, grifo nosso).

Nesse exemplo, segundo Amorim (2012), tem-se a causa real das dores sentidas por João, representada pela oração em negrito. Pode-se dizer que é uma causa real, pois “há um consenso, estabelecido no discurso e pautado em valores sócio-históricos, que licenciam o estabelecimento da relação causa-efeito entre os fatos ‘sofrer acidente’ e ‘sentir dores’”. (AMORIM, 2012, p.502) Percebemos, assim, que, para se ter uma causa real, é imprescindível que haja um senso comum capaz de licenciar a relação existente entre causa-efeito, além do fato de haver uma anterioridade cronológica entre a causa e o efeito. Voltando ao exemplo apresentado por Neves (2000, p. 804) – “Tratava-me como criança. Uma vez me passou um pito **PORQUE** joguei fora o remédio. Outra vez se zangou **PORQUE** me encontrou fora da cama.” –, percebemos que há o licenciamento da relação entre causa-efeito entre “jogar remédio fora”, “encontrar-se fora da cama”, “passar um pito” e “zangar-se” licenciado pelo senso comum, pois é sabido, em nossa cultura, que tais ações são não apenas próprias de criança, como também dignas de repreensão.

- (13) “Nossa conversa não foi adiante **PORQUE**, infelizmente, a confissão terminada, o reitor saiu do quarto e o ambiente logo mudou” (NEVES, 2000, p. 804).

<b>Núcleo</b> (efeito):	Nossa conversa não foi adiante	<b>POSTERIOR</b>
<b>Causal</b> (causa real):	<b>PORQUE</b> , infelizmente, a confissão terminada, o reitor saiu do quarto e o ambiente logo mudou.	<b>ANTERIOR</b>

Fonte: NEVES, 2000, p. 804.

Segundo Neves, “a relação **causal** entre conteúdos (a “causa efetiva”), porém, não necessariamente envolve tempo. Ela pode dar-se entre **estados de coisas não-dinâmicos**” (2000, p. 804, grifos da autora).

Essa autora apresenta dois exemplos para ilustrar a formulação precedente:

- (14) “A multiplicação das colônias e sua distribuição pela pastagem é necessária **PORQUE** as vespas fêmeas não têm asas, o que limita sua dispersão” (NEVES, 2000, p. 804).
- (15) “Mas o caso americano é sui-generis **PORQUE** não há partidos políticos no país” (NEVES, 2000, p. 804).

Neves (2000), ao apresentar o termo *causa efetiva*, o define como a relação causal entre conteúdos, porém, para o consultor de seu compêndio, tal definição se torna uma tarefa árdua, pois ele precisa descobrir, além do que vem a ser causa eficiente, o que vem a ser, também, conteúdos. Avaliamos que o emprego de termos de determinado campo do saber sem a devida definição restringe consideravelmente a compreensão por parte daqueles que não estão familiarizados com essa nomenclatura, o que compromete o valor didático do manual. Como entender, por exemplo, os exemplos (14) e (15) sem ter o conhecimento do que venha a ser causa efetiva, conteúdos, e estados de coisas não-dinâmicos?

Entretanto, apesar da limitação terminológica ora mencionada, avaliamos que Neves (2000) avança em relação aos demais autores compulsados, ao propor que as construções causais transcendem o plano oracional e compreendem subtipos. Segundo Neves (2000, p. 815, negritos da autora), “podem-se considerar **construções causais** as que apresentam entre si uma relação **causal** – *lato sensu* considerada.” Nas palavras da autora, a noção de

**causa** abrange não apenas causa real, como também razão, motivo, justificativa ou explicação. Essa é uma maneira ampla de considerar a relação causal, assim como é trabalhando com um conceito bastante amplo de causa que se pode abrigar na classe das construções **causais** as que se dão (i) entre **predicações (estados de coisas)**; (ii) entre **proposições (fatos possíveis)** e (iii) entre **enunciados (atos de fala)** (2000, p. 815, negritos da autora).

Pode-se depreender da citação acima que Neves (2000), além de empregar um rótulo bastante amplo para tratar das relações de causa, no rol das quais engloba também as relações de explicação, não limita a ideia de causa ao plano oracional, pois, para ela, há, também, causa entre atos de fala e entre fatos possíveis, o que sinaliza um valor argumentativo dessa relação, tal como proposto por Azeredo (2010), ao tratar das relações de explicação. Visando a tornar essa resenha mais didática, recorreremos, novamente, a Amorim (2012), que assim ilustra a relação de causa entre atos de fala:

(16) A (Vá embora, João), B (porque já é muito tarde) (AMORIM, 2000, p. 503, marcação nossa).

“16(A) representa um ato de fala e 16(B), uma justificativa para sua realização, como se vê no exemplo acima” (AMORIM, 2000, p. 503). Percebemos, assim, que o ato de fala denotador de ordem – “Vá embora” – é justificado em razão do adiantado da hora. Há, aqui, uma explicação, uma justificativa para a enunciação de um ato ilocucionário, mas não uma causa real para o fato. E, como essa autora amplia o conceito de causa ao permitir uma intersecção com as ideias de razão, de explicação e de justificativa, parece-nos plausível a nossa hipótese de que há, nas coordenadas explicativas, uma explicação pautada na causa. Isso pode ser comprovado pelas palavras de Neves (2000, p. 815), para quem

as construções *lato sensu* **causais** abrangem as que se fazem com as **orações** tradicionalmente chamadas **coordenadas explicativas**. É muito difícil tentar-se um refinamento da interpretação semântica, de modo que se consiga uma distinção entre causa, razão, motivo, explicação, justificação etc. que possa responder pela distinção entre esses dois grandes grupos que vêm contrastados, na tradição, sob os rótulos de “**subordinadas causais**” [...] e “**coordenadas explicativas**” [...].

Com isso, o que se verifica, segundo a autora, é uma confluência de explicação tanto (a) no grupo das chamadas *subordinadas causais* – “JÁ QUE por ora trato do período que se seguiu à Revolução de 1964, desejo abrir um parêntese para prestar homenagem a um grande chefe militar” (NEVES, 2000, p. 815) – quanto (b) no grupo das chamadas *coordenadas explicativas*, como em “Tem paciência, QUE a sala está cheia e é preciso atender a todos (NEVES, 2000, p. 815)”.

A grande diferença está no fato de que a “explicação” relaciona chamadas diferentes:

- em **a**), o falante explica por que **deseja praticar** determinada ação (que, no caso, é a de abrir um parênteses);

- em **b**), o falante explica por que **emitiu** determinado enunciado, ou praticou determinado ato de fala (que, no caso, é uma **injunção**)” (NEVES, 2000, p. 816).

Assim como Neves (2000), Azeredo (2010) concebe as relações de causa numa perspectiva mais ampliada. Segundo esse linguista, “chama-se conjunção subordinativa a palavra invariável que precede uma oração desenvolvida, convertendo-a em constituinte de uma oração maior” (AZEREDO, 2010, p. 146). No que se refere à relação de causalidade, apresenta o seguinte posicionamento: “o termo *causalidade* refere-se aqui a qualquer relação de causa e efeito entre duas orações. Os conectivos empregados neste grupo podem assinalar a causa (conectivos causais e condicionais) como o efeito (conectivos finais e consecutivos)” (AZEREDO, 2010, p. 224). Podemos, então, depreender da visão desse linguista que a causa está condicionada à presença dos conectivos causais e condicionais e o efeito, à presença dos conectivos finais e consecutivos, o que se confirma, quando o autor passa a descrever de forma pormenorizada os recursos formais capazes de assinalar a causa: (i) conjunções causais propriamente ditas – “Decidimos voltar da festa a pé porque não havia mais ônibus de madrugada” (AZEREDO, 2010, p. 224, grifos do autor) –; (ii) conjunções condicionais – “Vocês podem usar o salão para o ensaio, desde que deixem tudo arrumado novamente” (AZEREDO, 2010, p. 226, grifos do autor) –; (iii) construções com correlação de tempo – “Chamaríamos imediatamente o médico (consequência) se (ou caso) a febre voltasse (fato hipotético)” (AZEREDO, 2010, p. 227, grifos nossos) –; (iv) construções sem correlação de tempos – “Se um carro perfez um trecho de 45km em meia hora, ele percorrerá em média 1,5Km a cada minuto” (AZEREDO, 2010, p. 228, grifos do autor). Notemos que, também nas correlações temporais, as noções de condição se fazem presentes. Segundo observa o autor,

a diferença entre a causa propriamente dita e a condição baseia-se numa distinção de atitudes do enunciador em relação à “realidade” da informação contida na oração adverbial: a atitude de certeza se expressa com os conectivos causais (*porque, como, visto que, dado que*) e normalmente com verbos do modo indicativo; a atitude de incerteza, de suspeita, de suposição, se expressa com os conectivos de condição (*se, caso, desde que, contanto que, a menos que*), com verbos ora no modo subjuntivo, ora no modo indicativo (p. 225-226).

Embora se assemelhe à proposta de Neves (2010) no tocante a uma visão mais ampliada das relações de causa, Azeredo (2010) inova em relação a ela, ao considerar o papel dessas relações na modalização do discurso. Para além dessa função, o autor também relaciona o valor argumentativo da causalidade com a posição sintática da oração:

Posicionada antes da oração principal, a oração causal exprime um fato já conhecido do interlocutor. Sendo assim, esse tipo de causa é utilizado como uma evidência que não fica sujeita à sua contestação. [...]

*Uma vez que a política é a linguagem do nosso tempo, o artista tem de sair de sua solidão criadora* (N. Rodrigues, 1993) (AZEREDO, 2010, p. 225, grifos do autor).

Adotando uma linha de análise que se pauta em aspectos meramente sintático-semânticos, Bagno (2012) compara as orações adverbiais e as coordenadas e endossa a tese de Neves, Braga e Dall’Aglia-Hattner (2008, p. 937-938), para quem

o melhor critério para analisar as subordinadas adverbiais considera, por um lado, o grau de interdependência com a sentença nuclear a que se vinculam e, por outro, o tipo de relação lógico-semântica que expressam, constituindo um tipo distinto tanto das subordinadas propriamente ditas (as tradicionalmente chamadas completivas e adjetivas restritivas) [...] (BAGNO, 2012, p. 885).

Percebemos, então, que o tratamento dispensado por Bagno (2012) para tratar das orações subordinadas adverbiais é mais descritivo e pautado num *continuum* que estabelece distinção entre parataxe e hipotaxe, o que foge aos propósitos de nosso estudo.

### 1.2.3 Tradição gramatical e descrição contemporânea: relações de causa

Com o objetivo de propor uma síntese comparativa das ideias discutidas acerca das relações de causa, apresentaremos, a seguir, um quadro síntese, no qual constará a visão tanto dos gramáticos quanto dos linguistas sobre o conceito de conjunção subordinada causal

QUADRO 5 – Síntese da visão tradicional *versus* a descrição contemporânea sobre as relações de causa

Gramáticos	Definição de conjunção/oração subordinada adverbial	Linguistas	Definição de conjunção/oração subordinada adverbial
Ernesto Carneiro Ribeiro (1950)	As conjunções causais ligam duas proposições, de modo que uma encontra-se encaixada na outra, como o efeito na causa.	Adriano da Gama Kury (1999)	Não apresenta. Apesar disso, esse autor propõe cinco critérios para se distinguir uma oração causal de uma oração explicativa: 1) A oração subordinada causal vale por um adjunto adverbial; 2) O uso natural de pausa forte em explicativas; já, nas causais, tal uso, em geral, será forçado ou impossível; 3) A omissão do conectivo nas explicativas sem qualquer prejuízo de clareza; o que não acontece nas causais; 4) A presença, na maior parte dos casos, de um verbo no imperativo, indicando tempo futuro na oração que antecede uma explicativa; 5) A substituição, na maior parte dos casos, dos conectivos causais <i>que, pois e porque</i> pelos conectivos <i>como, uma vez que</i> .
Carlos Henrique da Rocha Lima (1957 [2003])	Não apresenta uma definição para as conjunções causais, limitando-se a citar essas conjunções.	Maria Helena de Moura Neves (2000)	A relação causal refere-se à conexão causa-consequência, ou causa-efeito, entre dois eventos. Trata a relação de causalidade em termos de <i>causa real, causa eficiente e causa efetiva</i> .
Francisco da Silveira Bueno (1968)	Não apresenta	Marcos Bagno (2012)	Não apresenta e aborda as adverbiais causais na perspectiva da distinção entre parataxe e hipotaxe.
Evanildo Bechara (1968 [2003])	Esse autor condiciona a denominação de conjunções causais às palavras que iniciam uma oração que mostre a causa, o motivo, a razão do pensamento da oração anterior.	José Carlos de Azeredo (2010)	Esse autor não apresenta o conceito de conjunção causal especificamente, mas, sim, da conjunção subordinativa entendida como uma palavra invariável que vem antes de uma oração desenvolvida. Concebe a causalidade como relação de causa e efeito entre duas orações, ressaltando tanto a importância dessa relação na modalização do discurso quanto o valor argumentativo da causalidade relacionado à posição sintática da oração no período.
Celso Cunha (1975)	Conjunções causais são aquelas que iniciam uma oração subordinada causal	*	*

Fonte: Elaboração própria.

\* Os quadrantes em branco se justificam pelo fato de a quantidade de gramáticos consultados, para este trabalho, ser superior ao número de linguistas.

Percebemos que Neves (2000), em relação a Kury (1999), a Azeredo (2010) e a Bagno (2012), avança na questão do que venha a ser causa, pois, acompanhando uma tradição filosófica, subdivide a noção de causa em três tipos (causa real, causa eficiente e causa efetiva). Isso é de suma importância para a nossa pesquisa, pois é condizente com a nossa ideia de que o motivo da dificuldade de categorização se assenta no fato de a explicação, muitas vezes, ser pautada na causa. Isso, contudo, parece não poder ocorrer quando se trata de causa real. Desse modo, parece residir no tipo de causa a possibilidade de se explicar um raciocínio mediante a explicitação de uma possível causa. Kury (1999) apresenta artifícios para diferenciar uma causal de uma explicativa, mas, como demonstrado, esses artifícios são questionáveis, na medida em que podem levar a duas classificações distintas para uma mesma sentença. Azeredo (2010), embora se aproxime de Neves (2000) quanto ao conceito de causa, vai além, pois mostra a importância da causalidade na modalização do discurso e no valor argumentativo de uma oração adverbial causal quanto à sua posição sintática.

## CAPÍTULO 2

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Muito se questiona sobre a validade científica do julgamento dos falantes a respeito da boa formação de sentenças de sua língua materna, ou de sua aceitabilidade, na teoria da Gramática Gerativa. Tal questionamento se assenta na alegação de esse julgamento não ser feito a partir de métodos objetivos e, sim, a partir de abordagens intuitivas e informais do falante. Diante disso, a sintaxe experimental, ao fazer uso de uma metodologia empírica para o teste de hipóteses relativas ao conhecimento intuitivo do falante, torna-se uma alternativa que confere maior confiabilidade aos estudos de cunho sintático, motivo pelo qual a adotamos em nossa pesquisa.

Segundo Maia (2015), a terminologia *sintaxe experimental* é recente e foi empregada “pela primeira vez no livro de Wayne Cowart, publicado em 1997, com o título *Experimental Syntax: Applying Objective Methods To sentence Judgments* (Sintaxe experimental: aplicando métodos objetivos no julgamento de frases)” (p. 58). Trata-se de uma metodologia que se ocupa de “conjuguar o modo de raciocínio praticado em sintaxe, que já tem sido caracterizado como ‘pensar sintaticamente’, com a metodologia experimental, o pensar ‘experimentalmente<sup>2</sup>’ ” (MAIA, 2015, p. 59).

Como nossa metodologia de estudo é pautada em julgamento de aceitabilidade sintática, dado que a avaliação de nossa hipótese envolve o arbitramento dos sujeitos envolvidos na pesquisa sobre a transposição da subordinada adverbial causal e da coordenada explicativa para a posição inicial da sentença, é necessário explicitar o que venha a ser julgamento de aceitabilidade no bojo da sintaxe experimental.

Em termos gerais, o julgamento de aceitabilidade de sentenças como paradigma experimental consiste na observação, em uma amostra representativa de uma comunidade de fala, das avaliações intuitivas sobre a boa formação de sentenças, em uma determinada língua (KELLER, 1998 *apud* SOUZA *et al.*, 2015, p. 218).

---

<sup>2</sup> O pensar experimentalmente se pauta pela verificação empírica e probabilística de hipóteses sobre o comportamento dos falantes e o pensar sintaticamente, em critérios estritamente lógico-formais de descrição dos fenômenos gramaticais.

No tocante à coleta dos dados nesta metodologia de pesquisa,

os participantes do experimento são tipicamente apresentados a um conjunto de sentenças, devendo manifestar-se sobre o quão aceitável cada uma delas é. Em outras palavras, usualmente os participantes devem dizer se cada uma das sentenças soa bem ou mal (SOUZA *apud* CULBERSTSON; CROSS, 2009).

Segundo Souza *et al.*,

obviamente, tal paradigma experimental pressupõe que a emissão da percepção sobre o bem ou mal “soar” de uma sentença está pautada em algum critério comum a toda a amostra de participantes, critério esse que pode ser delimitado através de instruções e treinamento sobre o que deve ser o foco da atenção de cada participante (2015, p.218).

Para além desse critério, todos os participantes devem dispor de uma janela temporal, que é determinada pelo pesquisador, a partir da elaboração do experimento, para a realização da tarefa. De acordo com Souza *et al.*, o objetivo dessa temporalização é

evitar a possibilidade de que os julgamentos sejam motivados por impressões aleatórias, oriundas de reflexões idiossincráticas e livres associações em torno do estímulo linguístico, o que poderia ocorrer quando períodos de tempo suficientemente amplos transcorrem antes da emissão dos julgamentos (2015, p. 221).

No caso específico deste estudo, a tarefa básica consistiu em julgar, em um conjunto de sentenças previamente selecionadas, a aceitabilidade da inversão da ordem de constituintes oracionais por meio da transposição da oração subordinada adverbial causal e da coordenada explicativa para a posição inicial da sentença. Para realização de tal tarefa, foi conferido aos participantes do experimento um tempo de seis segundos para cada sentença. A forma como o experimento foi construído, bem como os procedimentos para sua aplicação serão descritos nas subseções a seguir. Antes, contudo, de passar a essa descrição pormenorizada, esclarecemos que esta pesquisa não possui parecer do Comitê de Ética em Pesquisa por se enquadrar no item 1 do parágrafo único do art. 1º da Resolução 510, de 07 de abril de 2016.

## 2.1 O experimento

Com o intuito de verificar se a inversão da ordem da oração subordinada adverbial causal e da oração coordenada explicativa, ambas introduzidas pela conjunção *porque*, é aceita naturalmente pelo falante ou se existe algum custo de processamento mais oneroso em algum tipo de inversão, optamos pelo julgamento de aceitabilidade temporalizado. A escolha da conjunção *porque* se deu pelo fato de ela ser a mais prototípica; além, é claro, de, nas

gramáticas, ela figurar no rol de conectores introdutores tanto de orações adverbiais causais quanto de coordenadas explicativas, conforme demonstrado no capítulo precedente. Assim, solicitando ao falante para julgar a aceitabilidade das sentenças em duas possibilidades de ordenação, visamos a testar se o custo de processamento de inversões como as ilustradas a seguir é o mesmo ou não:

(17) a. Não foi à aula, *porque estava doente*.

b. *Porque estava doente*, não foi à aula.

(18) a. Choveu à noite, *porque o chão está molhado*.

b. *Porque o chão está molhado*, choveu à noite.

Partimos da hipótese de que haveria variação na aceitabilidade, considerando-se que, em se tratando de orações adverbiais causais (cf. 17), a inversão preserva a relação de causa e de consequência estabelecida entre os dois segmentos oracionais do período, enquanto que, no caso das orações explicativas (cf. 18), a inversão neutraliza tal relação. Assim, a inversão da oração explicativa evidencia uma causa falaciosa ou uma pseudo-causa, já que chão molhado não é, necessariamente, consequência de chuva. Diante disso, o que parece ser importante para desfazer o mal-entendido da distinção entre oração causal e oração explicativa é a relação de acarretamento a ser estabelecida entre as orações que constituem o período. Em se tratando de orações causais, existe o acarretamento; em se tratando de orações explicativas, não há acarretamento.

Explicitadas a motivação e a concepção do experimento, descrevemos, nas subseções a seguir, os participantes da pesquisa, os materiais utilizados e os procedimentos adotados.

### 2.1.1 Participantes

Nosso experimento contou com 45 (quarenta e três) participantes voluntários, sendo 10 (dez) estudantes da disciplina “Inglês: Fonologia”, ministrada pelo Professor Doutor Ricardo Augusto de Souza para estudantes do curso de Letras noturno da Universidade Federal de Minas Gerais, e 35 (trinta e cinco) alunos da disciplina “Estudos temáticos de língua portuguesa: gêneros textuais e discursivos”, ministrada pela Professora Doutora Sueli Maria Coelho também para alunos do curso de Letras noturno da mesma instituição. Como não se trata de um trabalho de cunho sociolinguístico e o objetivo não era verificar a atuação

de variáveis extralinguísticas sobre o fenômeno investigado, os únicos critérios de seleção dos sujeitos para participar do teste foram ser falantes nativos do português e estudantes de curso superior. A opção por estudantes do curso de Letras se deu apenas em função da facilidade de contato com os informantes, que foram convidados a participar do experimento durante uma das aulas das disciplinas ora mencionadas. Há de se esclarecer, contudo, que, no ato da abordagem para a participação no experimento, não foi explicado qual o objeto de estudo, nem o que se estava buscando investigar, mas tão somente se informou que se tratava de uma pesquisa linguística com base em método experimental.

O presente estudo foi planejado com vistas à obtenção de julgamentos de aceitabilidade de 45 participantes, frente às 10 sentenças-alvos (o que produz 450 sentenças) e às 10 sentenças-controle (450 sentenças, segundo o mesmo cálculo), tomando-se amostra total de 900 (novecentas) observações a serem analisadas. Foram estimadas a magnitude dos efeitos observados nos testes inferenciais empregados.

### 2.1.2 Materiais

Para a elaboração do experimento, utilizamos um total de 80 (oitenta) sentenças, sendo 10 (dez) sentenças-alvo, 10 (dez) sentenças-controle e 60 (sessenta) sentenças distratoras. O objetivo do uso de sentenças distratoras é tentar evitar que os participantes identifiquem o objeto de análise e isso interfira nos resultados. Assim, das 3600 (três mil e seis) sentenças constantes do experimento, apenas 900 (novecentas) continham dados relativos a nosso objeto de estudo. As sentenças distratoras eram tanto gramaticais quanto agramaticais. A agramaticalidade decorreu de transgressões várias: concordância, violação de papel temático e inversão da ordem das classes gramaticais. As sentenças-alvos contemplavam tanto orações adverbiais causais quanto coordenadas explicativas introduzidas pela conjunção *porque* na primeira posição da sentença, isto é, já com a inversão da ordem canônica. Por fim, as sentenças-controle também eram formadas por coordenadas explicativas e por subordinadas adverbiais causais introduzidas por *porque*, entretanto, na ordem canônica, conforme se ilustra a seguir:

(19) As garotas está preocupada com as provas. (sentença-distratora)

(20) Porque estava doente, não foi à aula. (sentença-alvo)

(21) Eu o amo, porque não me amo. (sentença-controle)

As sentenças-controle têm, no experimento, a função de servir de contraponto para a análise, na medida em que o custo de processamento de seu grau de aceitabilidade será confrontado com aquele das sentenças-alvo, o que nos permitirá julgar a adequação da hipótese.

### 2.1.3 Procedimentos

Como o experimento foi realizado em sala de aula, coletivamente, optamos por apresentá-lo em PowerPoint. Além disso, esse procedimento nos permitiu demarcar a temporalização, limitando o tempo de exposição do informante a cada sentença em seis segundos, conforme havíamos fixado.

Antes de iniciarem o experimento propriamente dito, os participantes foram submetidos a um treinamento, que consistiu na análise de duas sentenças, incluindo-se distratoras, alvo e controle, para julgamento de aceitabilidade. Tal julgamento consistiu em atribuir a cada sentença lida uma nota numa escala de 01 a 05, em que 05 corresponde à gramaticalidade completamente aceitável e 01 à gramaticalidade completamente inaceitável. Essa nota era assinalada em uma folha numerada com os respectivos números das sentenças entregue aos participantes para tal fim.

Findo o processo de treinamento, certificamo-nos de que os participantes haviam entendido o procedimento, estavam dispostos a colaborar com o estudo, preservando-se sua identidade. Então foi distribuída uma folha numerada de 01 a 80 para cada participante. Após ler a sentença projetada no data-show, ele deveria assinalar, no colchete correspondente, a nota que iria atribuir à gramaticalidade de cada sentença. Como se tratava de um experimento temporalizado em seis segundos, o tempo gasto para analisar as oitenta sentenças foi de, aproximadamente, dez minutos.

Os dados coletados foram computados e submetidos a teste estatístico inferencial, especificamente a análise de variância (ANOVA) de medidas repetidas, para as medidas de tendência central por itens e por sujeitos. Descrita a metodologia adotada para o experimento, bem como os procedimentos adotados para coleta dos dados, passamos, no próximo capítulo, à apresentação dos resultados obtidos.

## CAPÍTULO 3

### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, dedicamo-nos a apresentar os resultados obtidos a partir da aplicação do teste de julgamento de aceitabilidade temporalizado, segundo procedimentos descritos no capítulo anterior. Nosso objetivo principal com a aplicação desse teste consistiu em testar a adequação da hipótese de que é possível distinguir a oração adverbial causal da oração explicativa por meio da inversão da ordem canônica, já que tal inversão revela uma pseudo-causa em se tratando de orações explicativas. Além disso, pretendemos interpretar os resultados obtidos, extraindo deles alguma implicação teórica que possa trazer luz sobre essa complexa categorização oracional.

A análise de variância das respostas eliciadas por manipulação experimental dos três tipos de sentença (alvo, controle e distratora) permitiu-nos observar um efeito principal estaticamente significativo de tipo de sentença (o valor de  $p$ , em ambas as análises, foi menor que 0,001), tanto nas análises por sujeitos ( $F(2,858) = 238,03, p < 0,001$ ), quanto naquelas por sentenças ( $F(2,18) = 32,95, p < 0,001$ ).

A estimativa de tamanho dos efeitos observados, calculada como  $\eta^2$  parcial, foi de 0,37 na análise por sujeitos e 0,78 na análise por itens, ambos considerados tamanhos de efeito grandes para a análise de variância<sup>3</sup>. Tais estimativas de tamanho de efeito são consistentes com os tamanhos de efeito relatados em Souza *et al.* (2015), e também mensurados como  $\eta^2$  parcial.

Em pós-testes pareados com o ajuste de Bonferroni, verificamos que, na análise por sujeitos, há diferença estatisticamente significativa entre os três tipos de sentença. Na análise por sentença, entretanto, diferenças estatisticamente significativas somente foram observadas nas comparações pareadas entre as sentenças distratoras e as sentenças alvo e controle.

Esses resultados demonstram que as sentenças distratoras obtiveram um julgamento de aceitabilidade menor, tanto na análise por sujeito quanto na análise por sentença, quando comparadas tanto com as sentenças-alvo, quanto com as sentenças-controle. Isso

---

<sup>3</sup> Tal como descrito em *Rules of Thumb on Magnitudes of Effect Sizes*. Disponível em: <<http://imaging.mrc-cbu.cam.ac.uk/statswiki/FAQ/effectSize>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

provavelmente se deveu à circunstância de algumas dessas sentenças apresentarem violação de gramaticalidade, conforme relatado no capítulo destinado à descrição da metodologia. O fato de tal agramaticalidade ser evidente em algumas sentenças pode ter sido determinante para acentuar o grau de rejeição de todos os sujeitos em relação a tais sentenças, em comparação com as demais.

Já as sentenças-alvo, tanto na análise por sujeito quanto na análise por sentenças, quando comparadas com as sentenças-controle, foram bem aceitas pelos participantes do experimento, o que, num primeiro momento, sinaliza para a inadequação da hipótese de que a inversão da ordem canônica entre as orações é capaz de evidenciar distinção entre as causais e as explicativas e converge para o entendimento de alguns teóricos normativos e descritivos resenhados no capítulo primeiro, para os quais ambas as orações são tratadas no bojo maior das relações de causa, em face da dificuldade de se tentar um refinamento semântico que as caracterize. Entretanto, temos alguns motivos para acreditar que é prematuro descartar nossa hipótese apenas em face desses resultados. Segundo nossa interpretação dos fatos, os resultados obtidos mostram, sem dúvida, que, nas sentenças distratoras, a aceitabilidade está mais polarizada, ao passo que, nas sentenças-alvo e nas sentenças-controle, uma possível violação de gramaticalidade não é tão evidente, sobretudo em função dos fatores que a determinam. Retomemos os seguintes exemplos de sentenças-controle e de sentenças-alvo, a título de ilustração do que estamos argumentando:

(22) a. Choveu à noite, *porque o chão está molhado*.

b. *Porque o chão está molhado*, choveu à noite.

A análise da sentença-controle em (22.a) nos permite identificar duas informações, sendo uma delas posta (o chão está molhado) e outra inferida por seu enunciador (choveu à noite). Assim, ao acordar e se deparar com o chão molhado (fato real), o enunciador dessa proposição, partindo de indícios de seu conhecimento enciclopédico acerca do fenômeno natural da chuva e de seus efeitos, chega à conclusão de que a causa de o chão estar molhado é a ocorrência de chuva durante a noite (fato inferido). Entretanto, a despeito da possibilidade que a ampara, bem como da anterioridade cronológica preservada entre a possível causa (chuva) e seu respectivo efeito (chão molhado), essa conclusão pode não se confirmar empiricamente, dado que existem outros acontecimentos capazes de também molhar o chão, como, por exemplo, o efeito de uma mangueira ligada. Assim, a inversão da ordem das sentenças, tal como apresentado em (22.b), acusa a existência de uma pseudo-causa, ou de

uma causa eficiente, nos termos de Neves (2000), já que não podemos condicionar a verdade da segunda oração à verdade da primeira. Em se tratando de orações causais, contudo, conforme se observa nos exemplos a seguir, existe efetivamente o acarretamento entre as orações:

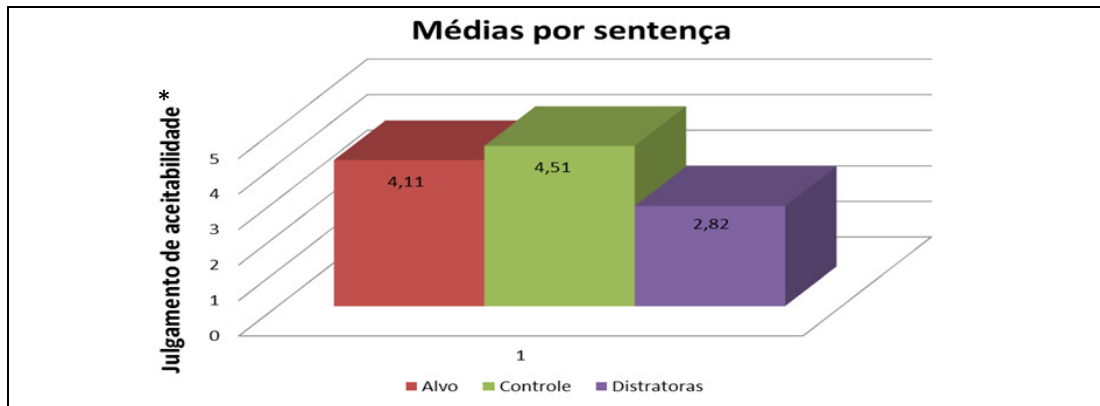
(23) a. As ruas ficaram alagadas, *porque a chuva foi muito forte*.

b. *Porque a chuva foi muito forte*, as ruas ficaram alagadas.

Como, em (23.a), a causa introduzida pela conjunção *porque* é uma causa real (NEVES, 2000), notamos um acarretamento entre as orações, já que, se é verdade que a chuva foi muito forte, é igualmente verdade que as ruas ficaram alagadas. Em outros termos, a verdade da oração subordinada causal se subordina à verdade da oração principal, já que não é possível afirmar uma e negar a outra. Essa condição de verdade é determinada por uma relação de hiponímia entre as duas orações, o que configura o acarretamento. Assim, uma distinção que se estabelece entre os dois tipos de orações estudados é de natureza lógico-semântica: enquanto, nos períodos compostos por subordinação, existe uma relação de acarretamento entre a oração subordinada e a oração principal, no caso de período composto por coordenação, tal acarretamento não existe, dado que, por ser a oração explicativa uma pseudo-causa, construída não em função de uma causa real, mas de uma causa eficiente, as condições de verdade das duas orações não estão diretamente implicadas.

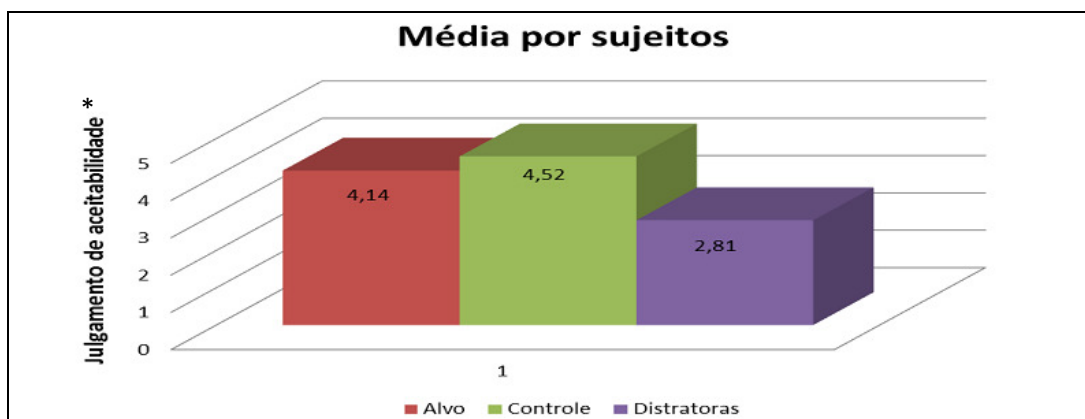
A despeito, contudo, dessa distinção lógico-semântica, conforme revelam os dados dispostos nos gráficos 1 e 2, a seguir, os participantes do experimento não consideraram que o fato de uma sentença não implicar a outra fosse um fator capaz de comprometer a gramaticalidade das sentenças introduzidas por orações explicativas:

GRÁFICO 1 – Médias de julgamentos emitidos por estudantes do curso de letras da UFMG por tipo de sentença



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 2 – Médias de julgamentos emitidos por estudantes do curso de letras da UFMG por sujeitos



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados constantes dos gráficos acusam que, por sujeito, o efeito principal ( $F(1,2,858) = 238,03, p < 0,001$ ) é estatisticamente confiável para o tipo de sentença. Pode-se depreender, a partir dessa informação, que outros sujeitos, ao lerem essas sentenças, terão a mesma interpretação de que não há uma discrepância entre as sentenças-alvo (ordem inversa) e as controle (ordem canônica), no que toca ao julgamento de sua aceitabilidade. Como demonstramos anteriormente, esse resultado pode estar condicionado a duas variáveis, quais sejam: (i) polarização da aceitabilidade em se tratando de sentenças distratoras e (ii) pouca familiaridade (ou mesmo dificuldade) dos sujeitos para julgar relações de acarretamento. No tocante à primeira variável, passamos a cogitar sua possível influência sobre os resultados obtidos, ao final da aplicação do experimento. Como dissemos no capítulo destinado à

\* 0 é o menor grau de aceitabilidade e 5, o maior grau de aceitabilidade.

descrição dos procedimentos metodológicos adotados, os participantes não foram informados acerca do objeto de estudo, mas tão somente de que participariam, caso assim o desejassem, de uma pesquisa linguística para fins de coleta de dados para uma dissertação. Ao término do experimento, contudo, os participantes da turma da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sueli Maria Coelho, orientadora da pesquisa, estavam muito curiosos acerca do objeto de estudo, sobretudo porque a maioria nunca havia participado de uma pesquisa experimental. Recolhidas as respostas, explicamos a eles qual era nosso objeto de estudo e qual era a hipótese a ser testada com o experimento do qual participaram. Nesse momento, vários comentaram ter percebido que, em algumas orações com a conjunção *porque*, as informações não eram totalmente verdadeiras, mas que, em seu julgamento, isso não constituiu motivo suficiente para comprometer a aceitabilidade da sentença, já que havia outras em que a não-aceitabilidade era evidente. Deduzimos, pois, desse comentário que as sentenças distratoras, tal como revelam os dados dispostos no gráfico, estavam, de fato, mais polarizadas, resultado que possivelmente teria sido minimizado se nelas não houvesse nenhum tipo de violação da gramaticalidade. Ademais, entendemos que as sentenças cujas informações não eram totalmente verdadeiras eram aquelas alvo, ou seja, aquelas em que a inversão da ordem envolvia orações coordenadas explicativas. O fato de essas orações exibirem verdades parciais não suficientes para influenciar o julgamento de aceitabilidade dos sujeitos envolvidos no estudo relaciona-se, a nosso ver, à segunda variável apresentada, ou seja, à pouca familiaridade para julgar/estabelecer relações de acarretamento. Cançado, ao tratar das relações de implicação, adverte para o fato de que essa palavra, “na linguagem cotidiana, remete a várias noções, tais como inferências, deduções, acarretamentos, pressuposições, implicaturas, etc., sem que haja uma distinção entre elas” (2005, p. 27). A própria semanticista chama a atenção para a dificuldade de se determinar relações de acarretamento. Segundo ela,

o que fazemos ao estabelecer os acarretamentos de uma sentença é tirar-lhe todas as informações que acrescentamos, a partir das nossas experiências, do nosso conhecimento de mundo, e deixar somente o que está explícito nas relações expressas pelos itens lexicais dessa sentença, ou seja, o sentido exclusivamente literal. Em outras palavras, o acarretamento é a propriedade que nos mostra exatamente o que está sendo veiculado por determinada sentença, nada além. *Essa é a dificuldade, pois estamos habituados a entender sentenças com todas as outras informações extralingüísticas que possam também estar associadas a essa sentença*, a quem profere a sentença e a quem escuta a sentença. Ao estabelecermos os acarretamentos de uma sentença, estamos fazendo uma espécie de triagem do que está além daquele objeto, para poder analisar somente o próprio objeto (CANÇADO, 2005, p. 28, grifos nossos).

Como demonstramos, na análise das pseudo-causais, isto é, das orações explicativas, a aceitabilidade da sentença é determinada por informações do conhecimento de mundo (chuva molha o chão; logo, chão molhado tem como causa a chuva), o que não assegura o acarretamento e, portanto, compromete o julgamento de aceitabilidade das sentenças, como previa a hipótese inicial. Em se tratando das orações efetivamente causais – as adverbiais –, a relação de causa emerge do sentido literal da sentença e, portanto, não se fere nenhum princípio de coerência. Segundo Amorim (2012), “há um consenso, estabelecido no discurso e pautado em valores sócio-históricos, que licenciam o estabelecimento da relação causa-efeito”. Esse autor apresenta, com esse dito, o que venha ser causa real, um fator preponderante para se dizer que uma oração é adverbial causal e não explicativa. Assim, entendemos que, para um julgamento mais eficaz da hipótese, o que nos permitirá refutá-la ou endossá-la com total segurança, o mais adequado é a elaboração de um novo experimento no qual se contrabalanceie o grau de aceitabilidade das sentenças distratoras, bem como se priorize o julgamento de relações de acarretamento, o que servirá de parâmetro para as nossas sentenças-alvo. Infelizmente, em face das limitações do tempo de desenvolvimento deste estudo, bem como do tempo gasto para se elaborar um novo experimento, testá-lo e ajustá-lo, não nos foi possível fazê-lo no momento, mas pretendemos desenvolvê-lo num futuro próximo.

Nossos resultados, apesar dessa lacuna, trazem algumas implicações que merecem neste espaço alguma reflexão. A primeira e mais evidente delas diz respeito à dificuldade dos sujeitos participantes do experimento em estabelecer relações de acarretamento, julgando-as quanto à sua fidelidade. Se tal dificuldade foi verificada entre estudantes do ensino superior, do curso de Letras, que têm a disciplina de semântica como obrigatória em seu percurso curricular, ela deve ser bem mais acentuada entre estudantes dos níveis fundamentais e médios. Tal conjectura sinaliza para a necessidade de se trabalhar com essas questões desde as séries mais iniciais, já que essas relações lógicas são necessárias não apenas para o processamento linguístico. Outra implicação diz respeito à dificuldade de nossos estudantes, até mesmo do ensino superior, em operar com raciocínio lógico, tão importante para determinar a capacidade analítica do indivíduo, permitindo-lhe analisar problemas e propor soluções. Os resultados discrepantes entre as sentenças distratoras e as demais (alvo e controle) demonstram uma insensibilidade dos sujeitos para incongruências mais sutis, mais refinadas, sobretudo em face de outras mais sobressalentes. Não podemos desconsiderar que tais resultados estão diretamente relacionados à capacidade leitora dos sujeitos envolvidos no

teste, que, em sua maioria, mostraram-se capazes de fazer inferências, mas que não estão suficientemente qualificados para desfazer-se de conhecimentos prévios no ato de julgar relações lógicas entre sentenças.

Diante do que pudemos observar, estamos propondo que a linguagem é um sistema complexo e interligado e que seu processamento envolve os níveis fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos. Não há, pois, como explorar as relações entre as orações apenas envolvendo operações de natureza sintática, muito menos solicitando categorizações que se pautem prioritariamente no tipo de conjunção que introduz a oração, ou mesmo em outros recursos formais ligados à tipologia modo-temporal dos verbos integrantes de tais orações, conforme mencionado por alguns autores resenhados no capítulo primeiro deste estudo. Isso implica, portanto, mudanças em nossas práticas pedagógicas também na educação básica, as quais consistem em implementar atividades que fomentem nos nossos estudantes a capacidade de exercitar o raciocínio lógico, de julgar criticamente as incoerências, de modo a torná-los aptos para estabelecer relações de acarretamentos. Acreditamos que os benefícios advindos de tal prática trarão consequências não apenas na capacidade leitora, como também linguística de nossos cidadãos.

Passemos, assim, às nossas considerações finais acerca do estudo empreendido.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho se dedicou a pesquisar um tema complexo relacionado à dificuldade em se distinguir uma oração subordinada adverbial causal de uma oração coordenada explicativa. Tal dificuldade tende a se acentuar quando essas orações são introduzidas pela conjunção *porque*, a mais prototípica da categoria, segundo descrição dos manuais de gramática normativa e descritiva consultados. Elegemos, pois, como objeto de nosso estudo orações coordenadas explicativas e orações adverbiais causais introduzidas pela conjunção *porque*. No intuito de verificar se a categorização de tais orações em duas classes distintas é necessária e visando a testar a hipótese de que uma possível distinção entre tais orações pudesse ser identificada com base na inversão da ordem canônica, propusemo-nos a investigar a questão com base em metodologia experimental, mais especificamente utilizando um teste de julgamento de aceitabilidade temporalizado.

Esse teste buscou averiguar se, tal como prevíamos, os quarenta e cinco sujeitos participantes do experimento identificariam alguma incoerência na inversão da ordem canônica das orações explicativas, o que interferiria no grau de aceitabilidade dessas sentenças. Essa redução de aceitabilidade seria decorrente, segundo nossa hipótese inicial, do fato de a inversão da oração coordenada explicativa revelar uma pseudo-causa, contrariamente ao observado em se tratando de orações adverbiais causais, tal como ilustram as sentenças (24) e (25), respectivamente:

(24) *Porque Maria vem*, eu ficarei aqui.

(25) *Porque estava doente*, o aluno não foi à aula.

Para além desse objetivo geral, nossa pesquisa teve-se aos seguintes objetivos específicos: (i) identificar possíveis diferenças capazes de justificar a distinção das orações coordenadas explicativas e das orações subordinadas adverbiais causais em dois grupos distintos, segundo defende a tradição gramatical; (ii) mapear possíveis diferenças, identificando os níveis linguísticos em que elas se manifestam; (iii) contribuir para a descrição da Língua Portuguesa, bem como para com os trabalhos de linguística aplicada, fornecendo a professores e a alunos desses segmentos parâmetros capazes de contribuir para uma melhor categorização de tais orações.

Os resultados obtidos com o teste de julgamento de aceitabilidade temporalizado revelaram que tanto as orações coordenadas explicativas quanto as orações subordinadas adverbiais causais, quando deslocadas para o início da sentença, são julgadas como aceitáveis pelos participantes do experimento. Ao usarmos a estatística inferencial, uma análise de variância, tivemos como propósito, a partir da observação dos participantes do experimento, descobrir o que essa observação amostral nos permitiria dizer sobre os eventos futuros. Os dados revelaram que a generalização só foi possível para a análise de sujeito por itens, uma vez que qualquer sujeito estudante de Letras e nativo do português, ao ser exposto às sentenças do teste de julgamento de aceitabilidade, teria a mesma observação. Em contrapartida, quando a análise era de itens por sujeito, não pudemos chegar a uma generalização para todas as sentenças, pois, pelo resultado obtido, o julgamento de aceitabilidade das sentenças-alvo aproxima-se bastante daquele atribuído às demais sentenças. Isso nos mostra que, para estudos futuros, seria necessário expor os participantes a uma amostragem de sentenças cujo experimento fosse concebido para controlar variáveis relativas à agramaticalidade e às relações semânticas de acarretamento.

Em face dos resultados obtidos, não podemos afirmar que não identificamos possíveis diferenças capazes de justificar a distinção das orações coordenadas explicativas e das orações subordinadas adverbiais causais em dois grupos distintos, segundo defende a tradição gramatical, mas, sim que essa identificação pode ter sido comprometida pela pouca familiaridade dos informantes para julgar/estabelecer relações de acarretamento, pois descobrimos, a partir de nossa pesquisa, que o embricamento do acarretamento com a oração subordinada adverbial causal e o tipo de causa são fatores condicionantes para a possibilidade da existência da explicação pautada na causa. Pelo fato de essa descoberta ter ocorrido somente após a aplicação do teste de julgamento de aceitabilidade, não incluímos a noção de acarretamento no referencial teórico.

Assim, retomando nosso objetivo específico (i), podemos trazer como ponto de discussão a noção de acarretamento. Esta nos parece ser um caminho para diferenciar, semanticamente, mas não sintaticamente, as coordenadas explicativas das adverbiais causais, porque, para se categorizar uma ou outra oração, é necessária a compreensão de que um dos fenômenos tratados nas sentenças subordinadas em questão necessariamente leva ao outro. Talvez resida nesse ponto específico a possibilidade de se sanar a dificuldade apontada por Neves (2000) em se estabelecer um refinamento semântico capaz de permitir a adequada

categorização entre os dois tipos de oração. Por outro lado, não havendo uma distinção sintática entre elas, sobretudo em função de seu valor adverbial, conforme pontuado por Epifânio Dias e por Maximino Maciel, citados por Bechara (1968), e também por Neves (2000), Azeredo (2010) e Bagno (2012), há de se rever a real pertinência de se distingui-las em dois tipos de oração, já que sua forma de organização sintática parece ser a mesma.

Certamente há limitações em nosso estudo, como aqui pontuamos, mas entendemos que ele contribuiu significativamente para uma análise descritiva da língua ao assinalar, por exemplo, a pouca familiaridade dos estudantes frente à noção de acarretamento e a noção de causa real como fator semântico para se ter uma oração causal. Além disso, nossas reflexões sinalizam para a necessidade de ser bem trabalhada, desde os anos iniciais, a relação lógico-semântica entre as orações, para que os alunos possam perceber suas nuances.

Como possibilidade de trabalhos futuros, consideramos relevantes três caminhos. O primeiro consiste em agrupar sintaticamente as duas orações (subordinada adverbial causal e coordenada explicativa) em uma única categoria, tendo em vista que, sintaticamente, não há diferença entre elas. O segundo, aprofundar a noção de causa real, pois, parece-nos que esse tipo de causa, além de licenciar, na adverbial causal, a existência da explicação pautada na causa é imprescindível para classificar uma adverbial como causal. Em outras palavras, a oração será classificada como subordinada adverbial causal se o tipo de causa presente for a real e, se assim for, haverá, também, uma explicação pautada na causa. Por fim, vislumbramos a necessidade de um maior detalhamento de estudos semânticos com a finalidade de identificar nuances de relações lógicas entre as orações estudadas.

#### 4 REFERÊNCIAS

- AMORIM, Fabrício da Silva. Considerações sobre a relação na conexão de orações: da tradição à descrição. *Revista Eletrônica de Linguística*, v. 6, n. 1, 2012.
- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, (1968 [2003]).
- BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional, 1993.
- CULBERSTON, J.; GROSS, S. Are Linguists Better Subjects?. *British Journal for the Philosophy of Science*, v. 60, p. 721-736, 2009.
- CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Belo Horizonte: Bernardo Alvares S. A., 1975.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (1985 [2003]).
- FERRATER MORA, José. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2000-2001. v. 1 e 2.
- GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Pequeno dicionário de filosofia contemporânea*. São Paulo: PubliFolha, 2006.
- GILES, Thomas Ransom. *Dicionário de filosofia: termos e filósofos*. São Paulo: EPU, 1993.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, (1957 [2003]).
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 15. ed. refundida. Rio de Janeiro: José Olympio, (1972 [1999]).
- MAIA, Marcus. Sintaxe experimental. In: OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo (Org.). *Sintaxe, sintaxes: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 51-72.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões Grammaticais*. São Paulo: Progresso, 1950.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Ricardo Augusto; OLIVEIRA, Cândido Samuel Fonseca de; SOARES-SILVA Jesiel *et al.* Estudo sobre um parâmetro de tarefa e um parâmetro amostral para experimentos com julgamentos aceitabilidade temporalizados. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 23, v. 1, p. 215-248, 2015.

## 5 APÊNDICE

### Orações subordinadas adverbiais causais

1) Não votou em BH, porque viajou.
2) Porque estava doente, não foi à aula.
3) Saiu cedo, porque precisou ir à cidade.
4) Eu o amo, porque não me amo.
5) Mudou de cidade, porque perdeu o emprego.
6) Porque Maria vem, eu ficarei aqui.
7) Terminou o namoro, porque descobriu a traição.
8) Porque o salpicão estava estragado, passou mal.
9) Feche a porta, porque está muito frio.
10) “Porque daqui só se leva o amor, vamos pensar diferente.” (Trecho da música ‘Daqui só se leva o amor’, da banda <i>Jota Quest</i> .)

### Orações coordenadas explicativas

1) Porque o chão está molhado, choveu à noite.
2) Estava nublado, porque tinha nuvens.
3) Porque era verão, o pasto secou.
4) Porque estava com fome, o gato miou.
5) O vaso entupiu, porque Maria jogou papel.
6) Porque tinha sol, estava calor.
7) Geou, porque estava frio.
8) Porque o real caiu, o dólar subiu.
9) O rio transbordou, porque choveu.
10) Porque tinha nuvens, estava nublado.

**Sentenças distratoras**

1) Os homem foi ao campo de futebol.
2) As uvas verdes estão caras.
3) Mineira comida é deliciosa.
4) A música latina é bem agitada.
5) Casa a amarela está abandonada.
6) A garagem de ônibus está fechada.
7) A uvas verde está cara.
8) Maria separou o feijão preto.
9) O pão de sal repartiu Maria.
10) Maria lustrou os móveis com lustra móveis.
11) As garotas tá preocupada com as provas.
12) Maria encerou a casa com cera amarela.
13) Mendigo o foi preso injustamente.
14) Maria poliu a prataria com a flanela.
15) Carteira de motorista tirou João.
16) Maria colocou unha de porcelana.
17) O filme de terror assistiu a Maria.
18) João fumou o cigarro de palha.
19) O alimento triturou Maria com o triturador.
20) Os homens foram ao campo de futebol.
21) A Maria Eduarda são bonita.
22) O quiabo está muito caro.
23) Belo Horizonte em Carlos mora.
24) Agora já é uma hora.
25) O pneu do carro trocou João

26) Maria quebrou a porta de vidro.
27) O bolo de chocolate comeu João
28) As pias da cozinha estão vazando.
29) Os menino venceu o jogo.
30) A Camila vende bolo de pote.
31) Enfermeira a medicou o paciente.
32) O menino comprou um caderno brochurão.
33) Amarela a blusa ficou desbotada.
34) Maria arrancou o dente de leite.
35) A montanha escalou o João.
36) Maria comprou uma blusa de frio.
37) Clara comeu a barra de chocolate toda.
38) A uvas verde está cara.
39) Meu pai viajou para Guarapari.
40) O bolo de chocolate comeu João.
41) João vendeu a casa de praia.
42) Carlos trouxe Suzana flores brancas.
43) Daniel deu um livro caro para seu pai.
44) Clara enviou sua colega um artigo interessante.
45) João ensinou frases em alemão a Deise.
46) A bola de plástico chutou Maria.
47) O João pintou a parede.
48) A porta de vidro quebrou Maria.
49) As garotas estão preocupadas com a festa de formatura.
50) Os preço do arroz subiu 10% em janeiro.
51) As provas deste semestre estavam difíceis.
52) O professora faltou ao trabalho.

53) As crianças brincavam no parque.
54) O presente ganhou o homem.
55) O amor é o sublime elixir da plenitude.
56) Lua a estava belíssima.
57) A vida deve ser vivida com sabedoria.
58) Meninas os estavam em Lagoa Santa.
59) A aula de geografia foi excelente.
60) O copo derrubou Maria.

**Formulário de respostas****Sessão de Treinamento:**

Sentença 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 2	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/> 5

**Tarefa Principal:**

Sentença 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 2	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 3	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 5	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 6	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 7	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 8	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 9	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 10	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 11	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 12	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 13	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 14	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 15	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 16	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 17	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 18	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 19	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 20	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 21	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 22	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Sentença 23	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

Sentença 24	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 25	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 26	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 27	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 28	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 29	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 30	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 31	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 32	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 33	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 34	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 35	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 36	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 37	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 38	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 39	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 40	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 41	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 42	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 43	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 44	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 45	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 46	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 47	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5

Sentença 48	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 49	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 50	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 51	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 52	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 53	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 54	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 55	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 56	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 57	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 58	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 59	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 60	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 61	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 62	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 63	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 64	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 65	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 66	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 67	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 68	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 69	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 70	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 71	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5
Sentença 72	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) 5

Sentença 73	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5
Sentença 74	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5
Sentença 75	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5
Sentença 76	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5
Sentença 77	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5
Sentença 78	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5
Sentença 79	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5
Sentença 80	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5